

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CARLOS ALEXANDRE SANTOS GUIMARÃES  
DAIANE VIEIRA DE JESUS**

**POSSIBILIDADES E LIMITES NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS  
ASSISTENTES SOCIAIS NO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL  
EM SERGIPE**

**SÃO CRISTÓVÃO- SE  
2016/1**

**CARLOS ALEXANDRE SANTOS GUIMARÃES**

**DAIANE VIEIRA DE JESUS**

**POSSIBILIDADES E LIMITES NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS  
ASSISTENTES SOCIAIS NO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL  
EM SERGIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título em Bacharel em Serviço Social.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Josefa Lusitânia de Jesus Borges

**SÃO CRISTÓVÃO-SE**

**2016/1**

**CARLOS ALEXANDRE SANTOS GUIMARÃES**

**DAIANE VIEIRA DE JESUS**

**POSSIBILIDADES E LIMITES NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS  
ASSISTENTES SOCIAIS NO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL  
EM SERGIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josefa Lusitânia de Jesus. Borges  
ORIENTADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília Tavares Leite  
1º EXAMINADOR

---

Assistente Social Raquel Martins de Santana CRESS/SE nº2183  
2º EXAMINADOR

Aos meus pais, esposa e amigos que estiveram sempre ao meu lado me incentivando ao longo desses anos.

**Carlos Alexandre**

A minha família, amigos e professores que me deram todo o apoio ao longo dessa jornada.

**Daiane Vieira**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus por está comigo em todos os momentos da minha vida, principalmente depois que passei a cursar o nível superior na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi ele quem me sustentou e me deu todo conforto e confiança para seguir em frente, mesmo nos momentos que pensei em desistir.

À minha família, que também me fortaleceu e me incentivou para prosseguir em frente. Aos meus pais, José Maria Guimarães e Maria Heloísa Santos, que apesar de serem pessoas simples e sem estudo, sempre incentivaram eu e minhas duas irmãs a estudarem, querendo sempre o melhor para nós, e o que todo pai e mãe deseja para um filho.

Em especial à minha esposa, Ana Lúcia Santos Silva Guimarães, que nunca desistiu de acreditar em minha capacidade enquanto pessoa. Ela que me incentivou a fazer o vestibular através do pré-seed, mesmo depois de ter se passado dez anos da conclusão do ensino médio e de nunca ter feito o vestibular. É graças a ela que estou celebrando este momento hoje e é em homenagem a ela que devo a minha vida, por tudo que ela tem feito por mim ao longo do meu percurso.

Aos meus amigos, em especial aos da Juventude Franciscana, um grupo de jovens da Igreja Católica que muito aprendi com eles, principalmente a ser mais humilde, mais fraterno e mais irmão. Foi uma base, um pilar sustentável na minha caminhada diária, tanto nos estudos quanto na minha vida pessoal.

Aos colegas de sala de aula que compartilharam comigo estes anos de formação, por aqueles que desistiram, por aqueles que continuaram, por todos que sempre me empurraram para frente, que no momento do desânimo e fraqueza souberam me contagiar com palavras de coragem, de confiança e que eu poderia sim completar minha jornada.

Aos professores que fizeram parte do meu processo de aprendizado, que me fizeram ser um cidadão de verdade. Em especial aos professores do pré-seed e da universidade, que sempre acreditaram em cada um de seus alunos. Graças a vocês foi possível realizar plenamente esse sonho, sem a colaboração de vocês não seria possível chegar até aqui.

Carlos Alexandre Santos Guimarães

*“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível”.*

*(São Francisco de Assis)*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por estar sempre me protegendo e guiando meus passos, me dando sabedoria e paciência para que meu objetivo fosse possível ser alcançado.

Em especial a minha mãe Irlene Vieira da Silva, exemplo de mulher guerreira que sozinha criou seus 5 filhos com muita dificuldade, mas nunca desistiu da gente. Obrigada mãe, pelo apoio e por tudo que sempre fez por mim, pela simplicidade, exemplo, amor, amizade, e carinho, fundamentais na construção do meu caráter. Obrigada por nunca ter-me deixado desistir no meio do caminho.

Ao meu esposo Paulo Henrique, que durante todos esses anos tem sido meu amigo e companheiro de todas as horas, que juntamente comigo chorou e riu muitas vezes e aguentou meu mau humor. Obrigada por me esperar todas as noites no ponto de ônibus, mesmo estando cansado nunca deixou que eu fosse sozinha para casa. Obrigada por seu amor e paciência sempre.

As minhas irmãs Sabrina e Samira, duas pentelhas que sempre fizeram muito barulho, mas que me fizeram sorrir em meus momentos de estresse. A minha Gírlene, obrigada pelas palavras e conselhos de apoio, você é meu exemplo. Ao meu irmão Cleverton que mesmo não estando mais entre nós sempre me incentivou a estudar para que fosse aprovada na Universidade, se foi antes de presenciar essa vitória, onde estiver tenho certeza do seu orgulho.

Á todos os professores do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, por seus ensinamentos ao longo desses anos. A nossa orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josefa Lusitânia, que com paciência e dedicação, ouviu nossas considerações e partilhou dos seus conhecimentos e experiências. Agradeço também a banca examinadora: nossa querida Cecília Leite e a Assistente Social Raquel que trabalha com o Programa Nacional de Habitação Rural em Sergipe, que nos ajudou a contatar outros assistentes sociais que executam o projeto. Sua ajuda foi indispensável para a realização deste trabalho.

A todos os assistentes sociais entrevistadas, sou muito grata pela colaboração e atenção a nós dispensada.

Daiane Vieira de Jesus

*“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”*

*(Charles Chaplin)*



## RESUMO

A falta de acesso à moradia digna para a população na sociedade brasileira é uma das expressões da Questão Social vivenciada no cotidiano profissional do assistente social. O profissional de serviço social, assim como demais técnicos da área social envolvidos, tem papel fundamental no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), uma vez que não se trata somente de um programa de habitação, mas sim, de um programa de habitação de cunho social, que pretende além de oferecer moradia digna aos beneficiários, buscar a garantia do direito à uma moradia digna e sua inserção no mercado de trabalho. A pesquisa possibilita refletir sobre o avanço do serviço social e sua inserção no âmbito da defesa do direito à habitação. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo conhecer as ações profissionais do assistente social desenvolvidas no PNHR em Sergipe. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva do tipo qualitativo e quantitativo que tem como princípio metodológico o estudo de caso, pois o mesmo possibilitou compreender a especificidade do PNHR. No processo investigativo foram utilizadas pesquisas bibliográfica e de campo. O instrumento privilegiado para acesso aos respondentes foi a entrevista semi-estruturada com os assistentes sociais que trabalham com o programa. Foram 12 entrevistados no total, sendo 9 mulheres e 3 homens. Os resultados mostram que houve avanços nos últimos anos no que diz respeito ao programa rural em Sergipe, mas, há muito a ser feito para resolver o déficit habitacional e principalmente acabar com as moradias subnormais em Sergipe. Também foi comprovada a necessidade de melhorias em relação ao desenvolvimento e execução do Programa Nacional de Habitação Rural. Apesar de alguns avanços, é preciso ainda ser percorrido um longo caminho para que a política de habitação venha contemplar um maior número de famílias em Sergipe, uma vez que o problema de déficit habitacional é realmente grave e a política se dá de modo fragmentado. Ou seja, o assistente social convive com uns dos maiores desafios presente em seu cotidiano que é desenvolver e aprimorar a sua capacidade de interpretar a realidade social.

**Palavras-chave:** Política de Habitação; Serviço Social; Exercício Profissional.

## **ABSTRACT**

The lack of access to decent housing for the population in Brazilian society is one of the expressions of the Social Question experienced in the professional daily life of the social worker. The social service professional, as well as other social workers involved, plays a fundamental role in the National Rural Housing Program (PNHR), since it is not only a housing program, but a social housing program, Which seeks not only to offer decent housing to the beneficiaries, but also to guarantee the right to decent housing and its insertion in the labor market. The research allows us to reflect on the advancement of social service and its insertion in the scope of the defense of the right to housing. Thus, the present research had as objective to know the professional actions of the Social Worker developed in the PNHR in Sergipe. It is an exploratory-descriptive research of the qualitative and quantitative type that has as a methodological principle the case study, since it made possible to understand the specificity of the PNHR. In the investigative process, bibliographical and field research were used. The preferred instrument for access to respondents was the semi-structured interview with the social workers who work with the program. There were 12 interviewees in total, 9 women and 3 men. The results show that there has been progress in recent years with regard to the rural program in Sergipe, but much more needs to be done to solve the housing deficit and especially to end subnormal housing in Sergipe. The need for improvements in relation to the development and implementation of the national rural housing program has also been demonstrated. In spite of some progress, it is still necessary to go a long way for housing policy to contemplate a larger number of families in Sergipe, since the problem of housing deficit is really serious and politics is fragmented. That is, the social worker coexists with one of the greatest challenges present in his everyday life is to develop and improve his ability to interpret social reality.

**Keywords:** Housing Policy; Social Work; Professional Work.

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1: Avanços na política habitacional e urbana x atuação dos movimentos de moradia e reforma urbana-----</b>	<b>27</b>
--	-----------

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>GRÁFICO 1- Evolução do crescimento populacional urbano no Brasil-----</b>	<b>32</b>
<b>GRÁFICO 2- Percentual de pobreza por regiões do Brasil-----</b>	<b>33</b>
<b>GRÁFICO 3- Percentual de pobreza por regiões do Brasil-----</b>	<b>34</b>
<b>GRÁFICO 4- Déficit habitacional por regiões do Brasil-----</b>	<b>35</b>
<b>GRÁFICO 5- Perfil dos usuários-----</b>	<b>48</b>
<b>GRÁFICO 6- Tipo de trabalho dos usuários-----</b>	<b>48</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1- A idade, o estado civil, sexo e números de filhos-----</b>	<b>50</b>
<b>TABELA 2- Nível de Formação-----</b>	<b>52</b>
<b>TABELA 3- Função/Cargo, Tempo de Serviço e Vínculo Empregatício-----</b>	<b>53</b>

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

BNH – Banco Nacional da Habitação  
CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal  
CMP – Central dos Movimentos Populares  
CF – Constituição Federal  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores  
CRE – Comissão de Representantes do Empreendimento  
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf  
EC – Estatuto da Cidade  
EO – Entidade Organizadora  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MC – Ministério das Cidades  
MCMVE – Minha Casa, Minha Vida – Entidades  
MMRU – Movimento de Moradia e de Reforma Urbana  
MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia  
OGU – Orçamento Geral da União  
PHIS – Política de Habitação de Interesse Social  
PLANHAB – Plano Nacional de Habitação  
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida  
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário  
PNHR – Programa Nacional de Habitação rural  
PNH – Política Nacional de Habitação  
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PTTS – Projeto Técnico de Trabalho Social  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
SFH – Sistema Financeiro da Habitação  
SHIS – Subsistema de Habitação de Interesse Social

SNH – Secretaria Nacional de Habitação

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SNH – Sistema Nacional de Habitação

UNMP – União Nacional por Moradia Popular

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>CAPÍTULO I - O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO: o desafio de viabilizar o direito</b>	24
1.1. Novas concepções e conquistas como garantias do direito à moradia	30
1.2. Condições para os beneficiários participar do PNHR	35
<b>CAPÍTULO II- O SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NO ÂMBITO DA DEFESA DO DIREITO À HABITAÇÃO</b>	39
2.1. Desafios e perspectivas do exercício profissional	41
2.2. A dimensão técnico-operativa e o exercício profissional do assistente social na política de habitação	41
2.3. Cotidiano: espaço profissional para a realização do trabalho do assistente social	43
<b>CAPÍTULO III- O CENÁRIO: o trabalho do assistente social no Programa de Habitação Rural (PNHR) em Sergipe</b>	47
3.1. Perfil dos usuários do PNHR/SE	47
3.2. Perfil dos assistentes sociais que atuam no PNHR/SE	49
3.3. Concepção e percepção dos assistentes sociais sobre o PNHR/SE	53
3.4. A inserção do assistente social nessa política	54
3.5. Dificuldades, desafios e demandas encontrados no cotidiano profissional na perspectiva dos trabalhadores	54
3.6. Atribuições/atividades realizadas pelo assistente social junto ao PNHR	56
3.7. Sentido e Significado do trabalho no PNHR na perspectiva dos trabalhadores	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	59
<b>REFERÊNCIAS</b>	61
<b>APÊNDICE</b>	65

## INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho na sociedade capitalista. Exerce, portanto, seu fazer profissional no contexto da contradição e luta das classes fundamentais: burguesia e proletariado. Ao longo da história, o Serviço Social é chamado para intervir no cotidiano, tomando como objeto as expressões da questão social em suas múltiplas faces, provocadas pelo conflito capital/trabalho. Nessa direção observa-se que a conquista desse direito e a viabilização da sua efetividade é permeado por muitos desafios, que serão explicados ao decorrer do texto. Nesse sentido o assistente social atua nas políticas sociais, relação antagônica que se dá entre o Estado e a classe trabalhadora.

Compreende-se que a luta pelo direito a terra, seja no campo ou cidade, é primordial para a garantia do direito de morar e sobreviver. Assim, os problemas urbanos existentes no século XXI no Brasil são frutos de uma trajetória histórica que negou o direito de propriedade e acesso à terra, tanto no campo quanto na cidade, deixando à mercê boa parcela da população de baixa renda, a qual precisou buscar alternativas de moradia na cidade, sejam estas regulares ou não, necessitando de políticas habitacionais adequadas e realmente preocupadas em solucionar o alarmante problema.

A cidade expôs nos últimos anos um desprezo total pela população pobre que convergia à capital em busca de melhores condições de vida. Esse migrante sentia em seu corpo o sofrimento pela ausência de políticas públicas. Sem emprego e sem moradia, a favela e a mendicância brotaram como possibilidade de sobrevivência. Hoje são mais de 800 mil favelados (SILVA, 2002, p. 188).

A falta de acesso à moradia digna para a população na sociedade brasileira é uma das expressões da Questão Social vivenciada no cotidiano profissional do assistente social. “Portanto, as intervenções públicas na área de habitação devem ser acompanhadas por um trabalho social sistemático e que objetive a promoção da inclusão social, do acesso à cidade e aos serviços públicos, e que estimule a participação cidadã” (PAZ; TABOADA, 2010, p. 71).

A despeito deste assunto é que os princípios defendidos pelo projeto ético-político do serviço social colocam a liberdade como valor central, à ampla defesa dos direitos, a ampliação e consolidação da cidadania, a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo como orientadores da sua intervenção.

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção maternidade, a infância, a assistência aos desamparados na forma dessa constituição. (BRASIL, 2012, p. 18).

Então, o artigo constitucional acima citado, vem tratar os direitos sociais de cada cidadão, onde lhe assegura conquistas que antes eram inexistentes. Nessa direção, entende-se, de acordo com o que demonstram os estudiosos do tema, a questão da habitação pode ser considerada na atualidade, um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil, que associada à questão da terra e também da moradia rural, cresce e agrava a problemática em nosso país, ou seja, numa perspectiva que concebe o problema da moradia integrado à questão do direito à cidade, além do não acesso ao direito à posse e à propriedade da terra e do sofrimento imposto pelas mudanças no processo produtivo. É importante perceber como os atuais problemas urbanos, em especial aqueles relacionados à habitação, refletem um século de políticas que não consideraram a população mais pobre ou em alguns períodos, nem reconhecia a sua própria existência.

Atualmente a maior parte da população do país mora em área urbana e, em escala variável, as cidades brasileiras apresentam problemas comuns que foram agravados ao longo dos anos pela falta de planejamento, reforma fundiária, controle sobre o uso e a ocupação do solo. Desse modo, o que se verifica é a necessidade de uma política de habitação que de fato possa assegurar o acesso à moradia digna, a terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade com segurança.

Nesse ínterim, reafirma-se que como os recursos públicos são escassos, é preciso ter um diagnóstico da situação. Esse diagnóstico é fundamental para a boa qualidade da política habitacional. Certamente, existem visões discrepantes e falta de maior clareza nas definições dos conceitos e no uso das informações censitárias.

Cabe, pois, aos pesquisadores sociais contribuir para o avanço e o aperfeiçoamento do diagnóstico.

Para Pimentel (2012), a Política Nacional de Habitação visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente os de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social.

A Política Nacional da Habitação tem como componentes principais: Integração Urbana de Assentamentos Precários, a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano, que definem as linhas mestras de sua atuação (BRASIL, 2004, p. 31).



Em se tratando dessa problemática, mais especificamente no âmbito do Estado de Sergipe, é importante enfatizar que o papel do poder público nessas políticas habitacionais foi decisivo para a dispersão e fragmentação do espaço urbano sergipano além da valorização das áreas particulares, quando insere conjuntos habitacionais distantes da malha urbana consolidada e do núcleo central que concentra as principais atividades e serviços. (PLANO DIRETOR, 2015).

O rápido crescimento urbano do Estado de Sergipe, cujo marco figura na intensificação dos fluxos migratórios campo-cidade, impulsionado pela industrialização e, concomitantemente, pelo desenvolvimento capitalista, tem sido acompanhado pela formação de grandes aglomerações no entorno da capital – Aracaju. Com essa formação urbana, o agrupamento constituído pela capital encontra-se perto de abrigar um milhão de habitantes. Sabe-se, no entanto, que o processo de urbanização de Sergipe, apresenta traços comuns ao ocorrido em outras regiões da federação, principalmente no que é pertinente à saída do homem do campo para a cidade (MENEZES; VASCONCELOS, 2011, p.145).

Ao longo da história, no Brasil, verificou-se que a crise habitacional agravou-se paralelamente ao processo de crescimento e urbanização das cidades. A maioria das ações governamentais visava apenas tratar da crise habitacional de forma pontual, sem bases sustentáveis necessárias a resolução efetiva do problema.

Até a década de 60 não haviam políticas públicas eficientes voltadas para habitação, à tentativa de criar um banco para o financiamento de casas populares foi fracassada e é só partir das décadas seguintes que começam a surgir algumas políticas governamentais que visavam reduzir o déficit habitacional causado pelo crescimento das cidades em virtude do grande número de pessoas que saíam da zona rural ou de cidades pequenas e partiram para as cidades maiores em busca de empregos nas fábricas. (NOAL; JANCZURA, 2011, p. 157).

A política habitacional brasileira passou a ser mais efetiva a partir da criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964, tendo em vista que a tentativa anterior, com a criação da Fundação da Casa Popular com a finalidade de centralizar a política de habitação não atingiu o objetivo desejado. Mesmo constando disposições legais no Sistema Financeiro da Habitação, o BNH não realizou ações efetivas quanto ao atendimento das necessidades habitacionais do meio rural. Com as dificuldades da economia brasileira, o BNH entra em crise e é extinto em 1986. Essa medida

desarticulou e desestruturou ainda mais o SFH, situação que perdurou até meados década de 1990.

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi criado pela Medida Provisória nº 459, convertida pela Lei nº. 11.977, de 07/07/2009, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e tem como objetivo subsidiar a produção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Em 2009, deu-se início ao que viria a se tornar o maior programa habitacional destinado às pessoas de baixa renda do país com subsídios governamentais. Em 2011 teve início à segunda fase do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV. Na nova versão do programa no qual ocorreram algumas mudanças visando reajustar as faixas de renda bem como aumentar o número total de unidades residenciais a serem contratadas, com intuito de melhorar a qualidade das moradias construídas (ANDRADE, 2012, p. 39).

O PNHR é parte integrante do PMCMV que concede subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, aos beneficiários enquadrados no Grupo I, quais sejam: aqueles com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00. Os beneficiários são organizados de forma coletiva por uma Entidade Organizadora – EO (cooperativas, associações, sindicatos ou o Poder Público).

A criação do Ministério das Cidades, em 01 de janeiro de 2003, com os objetivos de combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar o acesso da população à moradia, saneamento e transporte. Órgão também responsável por controlar e fiscalizar a maioria das políticas criadas para tentar reduzir o déficit habitacional, busca oferecer condições dignas de moradia as famílias de baixa renda. A política de habitação pode contribuir muito para a redução da pobreza, da desigualdade social além de colaborar na melhoria da qualidade de vida das pessoas tanto na zona urbana como na rural, para tanto, são necessárias políticas públicas eficientes onde os beneficiários sejam criteriosamente selecionados de forma que sejam escolhidos os que realmente precisam da moradia, que tenham a real necessidade de um lugar digno para morar. O PNHR é um exemplo de política que ainda precisa ser ampliado e melhorado até conseguir atender todos os inúmeros agricultores familiares que precisam de um novo lar.

Políticas públicas eficientes podem fazer que com que essa “vida melhor” seja possível no campo, o PNHR é um exemplo, mas é preciso que ele seja contínuo para beneficiar muito mais agricultores, além disso, as outras políticas já existentes no âmbito de

melhorias e incentivo a agricultura familiar precisam ser mantidas e muitas outras criadas, como uma garantia de renda, incentivo a permanência do jovem no campo, entre outros.

O Trabalho Técnico Social no PNHR compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizados a partir de estudos, diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias no programa. Observam-se nos dados documentais que o mesmo deverá ter um enfoque multidisciplinar, fundamentando-se nos princípios de participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental.

Assistente de Projetos Sociais/Técnico Social é desenvolvida por empregados ocupantes da função gratificada de Assistente de Projetos Sociais e do Cargo em Comissão Técnico Social, com formação em Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais/Sociologia e Pedagogia, ou ocupante do cargo profissional de Assistente Social, Psicólogo ou Sociólogo, com a finalidade de analisar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar o Trabalho Técnico Social. (AE 097031, 2013, p. 12).

O trabalho social no interior dos programas de habitação de interesse social é alavancado e difundido em todo o país neste contexto: recebe um aparato regulatório próprio, é organizado e orientado através de manuais técnicos produzidos pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação, pela CAIXA e a partir das recomendações das agências multilaterais. Assim, define-se uma política de intervenção social para a população de baixa renda, ou seja, aquela a qual se destinam os programas integrantes do Subsistema de Habitação de Interesse Social (SHIS) (Pimentel, 2012, p.25).

Assim, em vista desse cenário e considerando que o assistente social é um dos técnicos que compõe o PNHR e que este, foi criado a partir do incentivo do governo com objetivo de atender às necessidades de habitação da população de baixa renda na zona rural na garantia do acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitação, conforme está exposto nos documentos da citada política e, considerando que o exercício profissional do assistente social sofre as determinações das políticas sociais, dos interesses e direcionamento das instituições tanto quanto também se realiza nessa relação entre objetividade e subjetividade do sujeito que o realiza, ou seja, é no exercício profissional que ele põe em evidências suas competências e habilidades para dar concretude as suas ações.

Desse modo, as questões norteadoras da pesquisa são: (1) Como o assistente social se insere e desenvolve seu trabalho no PNHR em Sergipe? (2) Qual a concepção do assistente social sobre a PNHR Sergipe? (3) As determinações da política, o aparato regulatório e os critérios estabelecidos a priori pelo PNHR contribuem ou dificultam o exercício profissional no que tange a garantia dos direitos aos usuários? (4) Quem são os usuários do PNHR em Sergipe?

A atuação profissional do assistente social muitas vezes é prejudicada pelas dificuldades enfrentadas no cotidiano do exercício profissional, pois o que se verifica é que ele não tem na instituição em que trabalha todos os meios para viabilizar o seu trabalho, pois faltam condições estruturais, a exemplo de computadores, transporte, entre outros. Além disso, profissionais de outras áreas não reconhecem as atribuições do assistente social, deixando para estes profissionais, tarefas que não são de sua competência, ou seja, o que os outros profissionais não podem resolver é encaminhado para o assistente social.

A presente pesquisa teve como objetivo geral conhecer as ações profissionais do Assistente Social desenvolvidas no PNHR em Sergipe. Os objetivos específicos foram: analisar de que maneira as ações deste profissional colaboram para que o princípio da defesa dos direitos sociais seja cumprido; identificar as formas de inserção do assistente social e o modo como desenvolve seu trabalho na PNHR em Sergipe com vistas à construção de novas ferramentas de intervenção; caracterizar o perfil dos usuários do PNRH em Sergipe.

Esta pesquisa se justifica na medida em que possibilita contribuir com o debate científico em torno da questão da habitação na zona rural, que se configura como uma preocupação mundial. Justifica-se ainda por contribuir com as poucas produções acadêmicas e sistematizações de práticas existentes relacionadas à temática da habitação em Sergipe como campo de interesse social.

No que concerne aos trabalhos relativos à habitação rural, verifica-se que ainda são escassos. De acordo com Abreu (2012), o tema é incipiente no meio acadêmico, tendo em vista que poucos trabalhos relativos aos anos anteriores a 2006 foram encontrados. Nos últimos tempos o assunto passou a chamar a atenção dos pesquisadores. No período entre 2006 a 2012 é que foram elaborados mais trabalhos versando sobre o tema da habitação rural. Isso, conforme Abreu (2012) “[...] é um bom sinal do meio acadêmico em relação ao tema” (Abreu, 2012, p. 154).

O Serviço Social, que é eminentemente interventivo, utiliza-se do fazer cotidiano para subsidiar a produção científica e, por sua vez, o produto

dessas investigações alimenta o fazer profissional; entretanto, a realidade não se apresenta de forma transparente, explícita, mas exige desvendá-la, compreendê-la, realizar um “detur” para superar a sua representação e chegar ao conceito, pois, no trato “prático-utilitário” com as coisas, quando a realidade se revela como “mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas, os homens criam suas próprias representações, fixando apenas o aspecto fenomênico da realidade” (KOSIK, 2002, p. 20).

A pesquisa é de extrema importância teórica, pois, como já vimos são escassas produções acadêmicas relacionadas à questão da habitação. Com esse trabalho, tem-se a expectativa de contribuir com a produção de conhecimento que possibilite construir informação sobre a realidade social, uma vez que é fundamental para que seja possível uma intervenção mais qualificada sobre a realidade.

Entende-se que é por meio de uma investigação mais ampliada relativa à negação do direito a moradia existente nas cidades brasileiras, mais especificamente aqui em Sergipe, que esse projeto pode contribuir para desvendar essa realidade. Portanto, compreende-se que esse fenômeno traz em si, elementos que vem convocar a atuação do serviço social e consequentemente, se configura como um espaço de efetivação do trabalho do assistente social no âmbito das políticas públicas e, em particular no Programa Nacional de Habitação Rural em Sergipe.

Ressalta-se também que o interesse pela temática da habitação se deu em razão da experiência profissional vivenciada em atividades de assessoramento para alguns assistentes sociais que trabalham no PNHU – entidades. Serviço esse prestado pela empresa EMGS-assessoria técnica em construção, que presta serviços para associações e cooperativas habilitadas a participar do programa, onde a empresa é encarregada pelo projeto técnico social executado por assistente social, psicóloga e pedagogia nas seguintes atividades: capacitações, cursos, diagnóstico social, projeto de intervenção e execução.

Através desse trabalho técnico social, foi possível vivenciar de perto a realidade dos beneficiários e suas dificuldades por não ter acesso à moradia. São pessoas carentes, sem acesso a informações e que convivem com a negação de seus direitos à moradia, saúde e educação. Sem escolha, muitos são vítimas de enchentes, desabamentos, além de serem acometidos por doenças relacionadas a fatores ambientais; um dos fatores que mais determina as expressões da questão da moradia vivenciadas pelos assistentes sociais que acompanham essas famílias é a ausência de políticas públicas refletidas, por exemplo, no crescimento da violência presente na área.

Assim, do conhecimento dessas problemáticas acima citadas surgiu à seguinte hipótese orientadora: se os assistentes sociais no cotidiano profissional no PNHR enfrentam limitações no seu exercício profissional, então a garantia dos direitos sociais dos beneficiários é afetada prejudicando também o andamento e desenvolvimento do programa no alcance dos seus objetivos finais.

Para confirmar, confrontar e enriquecer as proposições preliminares acerca do problema de pesquisa, “As possibilidades e limites enfrentados pelos Assistentes Sociais no exercício profissional no Programa Nacional de Habitação Rural em Sergipe”, foi utilizada a pesquisa exploratória, um dos aspectos metodológicos.

Para Gil (1999), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo acerca de determinado fato. Para tanto, utilizou-se como princípio metodológico o estudo de caso, pois o mesmo possibilita compreender a especificidade da PNHR a nível macro e micro. Segundo Yin (2005), o uso do estudo de caso é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos. O autor assevera que o estudo de caso é uma investigação empírica que permite o estudo de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Assim, o estudo utilizou algumas modalidades de investigação: pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica, segundo Lima (2007, p. 39) “apresenta as lentes que giram em todo o processo de investigação e análise da proposta [...]”, sendo assim, dá subsídios teóricos para analisar aquilo que se investiga em campo, legislações específicas, artigos científicos, livros e outras fontes que são necessárias.

Em aspecto geral, o estudo de campo

inicia-se com um plano bem geral, visto que este tipo de delineamento, leva em consideração, principalmente, os objetivos da pesquisa. A seleção dos informantes e as estratégias para a coleta de dados costumam ser definidas somente após exploração preliminar da situação (GIL, 2002, p. 129).

Já a pesquisa qualitativa

proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística. A pesquisa qualitativa pode ser usada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa (MALHOTRA, 2001, p. 155).

Para a coleta de dados foi utilizada entrevistas semiestruturadas que podem ser definidas como uma lista das informações que se deseja de cada entrevistado, mas a forma de perguntar (estrutura da pergunta) e a ordem em que as questões são feitas variam de acordo com as características de cada entrevistado. Geralmente, as entrevistas semiestruturadas baseiam-se em um roteiro constituído de “[...] uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.188).

O universo da pesquisa foi composto por assistentes sociais que trabalham e desenvolvem o PNHR. O tipo de amostra é a não probabilística e intencional. Os dados foram obtidos por entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas foram marcadas através de contato prévio por telefone e e-mail, onde foi definido o local, data e horário para a realização das mesmas.

Fizeram parte da amostra 12 (doze) assistentes sociais que executam e desenvolvem o PNHR em Sergipe. Sendo que do total de assistentes sociais entrevistados, 9 (nove) são mulheres e 3 (três) homens. Foram realizadas seis entrevistas nas residências dos assistentes sociais, local esse, escolhido pelos próprios profissionais. As entrevistas tiveram duração entre 30 a 40 minutos cada. Para melhor obter as informações fez-se uso de um gravador (autorizado pelos entrevistados). Cinco dos profissionais optaram em responder o questionário via e-mail, sendo orientados a tirar qualquer dúvida com os pesquisadores. Uma entrevista foi realizada na Caixa Econômica Federal da agência Distrito Industrial de Aracaju com duração de 32 minutos. Totalizou-se um total de 07 entrevistas com os pesquisadores presentes e 05 entrevistas por e-mail.

Após a coleta de dados, foi realizada a organização dos mesmos com a finalidade de fornecer respostas aos objetivos propostos. Para análise dos dados levantados nesta pesquisa foi realizado um aprofundamento teórico no estudo das informações obtidas através das entrevistas com os profissionais e nas informações documentais. O objetivo foi interpretar as informações para que essas fossem bem analisadas e contribuíssem assim, para o alcance dos resultados propostos.

Para a fase da análise e interpretação dos dados foi utilizado a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977),

pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Caracteriza-se, assim, como um método de tratamento da informação contida nas mensagens (BARDIN, 1977, p. 226).

Atentos às questões éticas que envolvem uma pesquisa de campo, valeu-se de um “termo de consentimento livre e esclarecido” no qual os profissionais colaborariam com a pesquisa e reforça o compromisso dos pesquisadores em manter a identidade em sigilos dos participantes.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda o Serviço Social e a questão da habitação: o desafio de se efetivar o direito, partindo do seu surgimento em um contexto em que fora introduzida e desenvolvida a industrialização no Brasil, influenciados pela expansão do capitalismo mundial e sua inserção no âmbito da defesa do direito à habitação (suas novas concepções e conquistas). Pondera também as questões da habitação na zona rural em Sergipe, onde apresenta uma abordagem histórica sobre como era antes do programa e como os desdobramentos dessa política atualmente.

O segundo capítulo trata do Serviço Social e sua inserção no âmbito da defesa do direito à habitação, os desafios e perspectivas do exercício profissional, a dimensão técnico-operativa e o exercício profissional do assistente social na política de habitação, assim como do cotidiano profissional.

O terceiro capítulo apresenta o cenário sobre o trabalho do assistente social no PNHR; o perfil dos usuários; o perfil dos assistentes sociais entrevistados que executam o programa; a inserção do assistente social nessa política, as dificuldades, desafios e demandas encontrados no cotidiano profissional; a concepção e percepção sobre o PNHR, na particularidade do Estado de Sergipe; atribuições/atividades realizadas pelos assistentes sociais nesse programa e como deve ser desenvolvido seu trabalho junto ao PNHR e também o sentido e significado do trabalho na perspectiva dos trabalhadores.



## **CAPÍTULO I – O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO: o desafio de viabilizar direitos**

O Serviço Social no Brasil surgiu num contexto de transformações provocadas pela introdução e expansão da industrialização numa economia que até então era predominantemente exportadora. Este movimento histórico de expansão mundial do capitalismo que se tornou selvagem com o passar do tempo e que chegou ao Brasil no início do século XX, provocando o conflito entre duas classes: a burguesia industrial e o proletariado emergente, que acabou alterando as classes sociais, configurando as formas de produzir e reproduzir a vida, levando ao enfrentamento de ambas, como forma de enfrentamento entre as mais precárias condições de vida e subsistência a que se submetiam, bem como a luta por melhores condições de trabalho, protagonizada pelos trabalhadores e operários das indústrias. No contexto dos anos 1920, evidenciou a existência da “questão social”.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77).

Somente a partir da década de 30 do século XX é que a “questão social” será reconhecida pelo estado e seu enfrentamento será através das políticas sociais, pois até então era tratada como caso de polícia.

Outra questão a ser destacada é que em razão das transformações ocorridas dos meios de produção, o trabalho foi alterado na mesma proporção que a estrutura da moradia. Com as lutas acirradas entre burguesia e proletariado, a qualidade de vida dos trabalhadores se tornou cada vez mais precária em decorrência da alteração ocorrida do capital sobre a classe proletária. Processo esse que teve seu começo no campo, passando assim para as cidades, e foi através da obtenção da mais-valia conquistada através do trabalho não pago que se configurou a crise da habitação e também outras expressões da chamada questão social. Basta “correr os olhos” nas primeiras análises feitas por Engels com relação à implantação do

sistema capitalista e quais foram as suas consequências e impactos causados contra a classe trabalhadora.

De onde provém a crise da habitação? Como nasceu? [...] ela é produto da forma social burguesa: uma sociedade não pode existir sem problemas de habitação quando uma grande massa de trabalhadores dispõe apenas do seu salário, isto é, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução; quando os melhoramentos mecânicos deixam massas de operários sem trabalho; quando violentas e cíclicas crises industriais determinam, por um lado, a existência de um grande exército de reserva de desempregados e, por outro lado, atiram periodicamente à rua volumosa massa de trabalhadores; quando os proletários se amontoam nas grandes cidades, vindos do campo, sem seus meios de produção, e isso se dá num ritmo mais rápido que a construção de habitações nas circunstâncias atuais e se encontram sempre inquilinos para a mais infeta das pocilgas; quando, enfim, o proprietário de uma casa, na qualidade de capitalista, tem não só dinheiro, mas também em certa medida, graças à concorrência, o dever de exigir, sem escrúpulos, aluguéis elevados (ENGELS, 1979, p. 24).

Assim, em se tratando dessa questão no âmbito brasileiro, cabe frisar que é na década de 1980 que se fomentam os dois principais movimentos de moradia organizados nacionalmente no Brasil: a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM).

A UNMP iniciou sua articulação em 1989 e consolidou-se a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro projeto de lei de iniciativa popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Gestor de Habitação e Interesse Social no Brasil, a Lei nº 11.124/2005. Está presente atualmente em 19 estados brasileiros e sua atuação está centrada não somente na luta pelo direito à moradia, mas, também por reforma urbana e autogestão, desenvolvendo processos de construção por ajuda mútua (ou mutirão) como estratégia para o fortalecimento do coletivo.

O MNLM foi criado em 1990, a partir do I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia. Materializou-se depois das grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos, deflagradas principalmente na década de 1980. Está presente em 18 estados brasileiros com uma proposta de envolver a organização e articulação nacional dos movimentos de luta pela moradia desenvolvida por “sem-tetos”, inquilinos, mutuários e ocupantes, unificando suas lutas pela conquista da moradia e do direito fundamental à cidade.

Além dos movimentos de moradia citados acima, mais dois movimentos sociais urbanos de base comunitária e popular compõem a rede de movimentos nacionais que vem incidindo tanto nos programas autogestionários, como nas esferas institucionalizadas de

participação, a exemplo do Conselho das Cidades: a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a Central dos Movimentos Populares (CMP). A CONAM surge em 1982, a partir do seu 1º Congresso, tendo como objetivo a criação de uma entidade que agregasse todas as entidades e associações comunitárias do Brasil. Já a CMP é fundada em 1993 com a proposta de unificar os diversos movimentos populares: movimentos de negros, mulheres, moradia, cultura, rádios comunitárias, indígenas, dentre outros.

A criação do Ministério das Cidades em janeiro de 2003, também é decorrente da militância dos movimentos sociais envolvidos pela questão da reforma urbana, sendo o órgão responsável pela política de desenvolvimento urbano e dentro dela, pela Política Setorial de Habitação.

Lutar por uma sociedade livre de exploração exige a presença firme de movimentos sociais que, pela pressão, coloquem o Estado e a sociedade em disputa direta. As reformas no Estado brasileiro são absolutamente importantes, na perspectiva de garantir acesso ao fundo público, mas, sem a perspectiva revolucionária, é impossível pensar-se em um novo mundo, que, não é só possível, como desejável. Ter moradia digna, dentre outros direitos, é um requisito necessário para que o sujeito possa reconhecer-se coletivamente e com potencial revolucionário. A cidade de todos e para todos só será construída em uma sociedade onde os interesses coletivos da classe trabalhadora sejam pautas concretizadas.

A função dos movimentos sociais não é o exercício do poder, mas lutar pela delimitação e orientação da ação do poder estatal, para que esse cumpra as tarefas para as quais existe como instituição, que é responsável para gerir as necessidades objetivas dos cidadãos, devendo desempenhá-las a partir do interesse coletivo (VIEIRA, 2004, p. 167).

Esses movimentos têm como seu maior desafio lutar para consolidação da lei estabelecida pelo Estatuto das Cidades de que a propriedade venha cumprir a sua função social. Iamamoto (2000) considera que essas lutas romperam com o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

A ação dos movimentos de moradia e de reforma urbana combina, portanto, ações de mobilização social (caravanas, marchas, jornadas, atos em espaço público, ocupações, encontros e cursos de formação) com ações no campo institucional (participação em Conferências Legislativas, audiências públicas e atuação nas esferas públicas de gestão, como nos conselhos de políticas públicas). As ações de mobilização social, consideradas centrais,

não se dissociam da estratégia de atuação no Conselho das Cidades. Constituem expressões de organizações de pessoas e grupos sociais, que se articulam e lutam em conjunto por objetivos comuns.

No quadro sintético a seguir, é possível observar os inúmeros avanços e o repertório de ações utilizadas para viabilizar estes avanços, desde a década de 1980, em torno do reconhecimento do direito à moradia, da construção de uma política nacional de desenvolvimento urbano, da política de habitação e do reconhecimento dos movimentos de moradia como sujeitos promotores desta política.

**Quadro 1- Avanços na política habitacional e urbana x atuação dos movimentos de moradia e reforma urbana**

<b>PERÍODO</b>	<b>AVANÇOS NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL</b>	<b>ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA E DE REFORMA URBANA</b>
1985 - 1994 Nova República Sarney (1985-1989) Collor (1989-1990) PRTB (1990-1992) Itamar (1993-1994))	- Emenda popular de Reforma Urbana (1987) e Capítulo Política Urbana na Constituição Federal (1988).  - 1ª Iniciativa popular de projeto de lei do Fundo Nacional de Moradia Popular/FNMP (1991).	- Emenda popular de Reforma Urbana (1987) e Capítulo Política Urbana na Constituição Federal (1988).  - 1ª Iniciativa popular de projeto de lei do Fundo Nacional de Moradia Popular/FNMP (1991).
1995 – 2002 Governo FHC(PSDB)	- Introdução do direito à moradia como um direito social (art. 6º) na Constituição Federal (2000).	- Introdução do direito à moradia como um direito social (art. 6º) na Constituição Federal (2000).
	- Aprovação do Estatuto da Cidade (2001).	- Aprovação do Estatuto da Cidade (2001).
2003 - 2010 Governo Lula (PT)	- Criação do Ministério das Cidades (2003), das Conferências das Cidades (2003) e do Conselho das Cidades/ConCidades (2004).	- Criação do Ministério das Cidades (2003), das Conferências das Cidades (2003) e do Conselho das Cidades/ConCidades (2004).
	- Aprovação da Política Nacional da Habitação (2004) no ConCidades.	- Aprovação da Política Nacional da Habitação (2004) no ConCidades.
	- Criação do Programa Crédito Solidário (2004), voltado para a Autogestão (Resolução 93/2004 do CCFDS).	- Criação do Programa Crédito Solidário (2004), voltado para a Autogestão (Resolução 93/2004 do CCFDS).

2003 - 2010 Governo Lula (PT)	- Aprovação da Lei do Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (2005) e sua regulamentação através do decreto 5.796/2006.	- Formulação de proposta: primeira lei de iniciativa popular/Lobby no Congresso, Caravanas, Marcha da Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade (2005), Audiência com Ministros e Presidência da República, Atuação do FNRU na Conferência e no Conselho das Cidades (2005).
	- Campanha Nacional dos Planos Diretores Participativos, PDP's (2006).	- Atuação no Conselho das Cidades, nos Núcleos da Campanha dos PDP's por todos os estados.
	- Aprovação da Lei 11.578/2007 que incluiu o acesso de entidades sem fins lucrativos (cooperativas e associações autogestionárias) aos recursos do FNHIS.	- Atuação no Conselho das Cidades. Marchas, Jornadas, Audiências com Ministros, Casa Civil e SGP.
	- Aprovação da Lei 11.977/09 que cria o Programa Minha Casa Minha Vida e simplifica os processos de regularização fundiária de interesse social (2009).	- Atuação no Conselho das Cidades.
	- Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (2009).	- Atuação no Conselho das Cidades, Audiências com Ministros, SGP e Casa Civil.
2011 – Atual Governo Dilma (PT)	- Programa Minha Casa Minha Vida Entidades 2, previsto na Lei 12.424/2011, que altera a lei 11.977/09 (2011).	- Atuação no Conselho das Cidades, audiências com SGP.
	- Aprovação da Lei 12.587/2012 que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana (2012).	- Atuação no Conselho das Cidades e no Congresso.

Fonte: (FERREIRA, 2012, p. 8.)

Ainda que muitos sejam os avanços na direção da construção das macropolíticas urbanas e do sistema de participação social na discussão das políticas públicas, a implementação das políticas, de suas respectivas leis e do processo de participação ainda está muito aquém dos anseios e apostas feitas pelos movimentos de moradia e de reforma urbana.

O principal programa habitacional do atual governo, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), por exemplo, sequer foi discutido no Conselho das Cidades antes do seu lançamento, em 2009. Teve como objetivo principal reaquecer o mercado imobiliário no Brasil – respondendo à crise mundial de 2008 –, financiando diretamente empresas e construtoras para a construção para as classes de faixa de renda de 0 até 10 salários mínimos. É um programa dos governos Lula e Dilma que responde a uma demanda do

empresariado da construção civil, desconsiderando o papel que os governos municipais e estaduais podem (e devem) ter na formulação e implementação de uma política habitacional mais ampla, que inclua produção de novas moradias, estoque de terras, urbanização, regularização fundiária e planejamento urbano. Pouca se integra ao Sistema Nacional de Habitação (SNHIS) e ao Plano Nacional de Habitação. (FERREIRA, 2012, p. 9).

Por pressão dos movimentos de moradia e de reforma urbana, foi criada uma modalidade específica – o PMCMV Entidades – voltada especificamente para entidades sem fins lucrativos, incluindo neste grupo as associações e cooperativas habitacionais autogestionárias. Garantiram-se, assim, recursos para financiar a produção social da moradia realizada de forma organizada pelos futuros beneficiários. Mas, as regras para o acesso aos recursos (e a lógica do programa) são semelhantes ao PMCMV, exigindo-se uma documentação jurídica e um conjunto de projetos que torna quase que inviável para muitas entidades, a sua contratação. Ou seja, o que se observa é a lógica de mercado presente no PMCMV Entidades, o que torna a concretização dos projetos pelos grupos de fato populares uma odisséia sem fim, absorvendo boa parte das energias dos seus membros e comprometendo os objetivos emancipatórios que animaram a luta pelo acesso a um fundo popular para a moradia.

O conceito de moradia nos últimos anos vem sofrendo importantes transformações, não somente considerando a habitação, como uma edificação por si só, mas implantando a habitação numa conjuntura mais ampla, o de “habitat”, assegurando à moradia, condições de habitabilidade e de salubridade, garantindo condições ambientais apropriadas, privacidade, segurança, durabilidade, iluminação, ventilação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, disposição de resíduos sólidos e adequada localização em relação ao emprego e aos equipamentos sociais e serviços urbanos.

A moradia é entendida como parte do habitar, ou seja, não pode ser reduzida a um simples objeto físico com quatro paredes, mas corresponde ao espaço frequentado por pessoas, grupos, lugar que identifica o homem em determinado espaço geográfico. Portanto, a moradia entendida como espaço relacional, “faz parte da vida cotidiana das pessoas”; “[...] a vida começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa”; e ainda, “[...] a imagem da casa é como a topografia de nosso ser íntimo”. [...] a casa é como “primeiro mundo do ser humano [...] é um corpo de imagens que dá ao homem razões ou ilusões de estabilidade” (BACHELARD, 1978, p. 23-31).

### **1.1. Novas concepções e conquistas como garantias do direito a moradia**

Foi visto anteriormente como se configurou a política de habitação no Brasil com seus ganhos, suas leis e prerrogativas, sendo que, são muito recente essas conquistas e quão grande salto que ainda esta política precisa dá para os usuários que dela necessitam. É evidente que se precisa de políticas mais amplas que contemplem um maior número de pessoas, uma vez que vivemos em um país com um grande índice de pessoas que vivem a margem da sociedade, sem uma moradia digna ou até com pouca estrutura e precárias condições de moradia por parte daquelas pessoas que aderiram o Programa Nacional de Habitação Rural. É preciso que as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), estejam atreladas para que busquem meios e recursos que venham a favorecer essa classe, que é vista tanto na cidade quanto no interior sem uma moradia para que habite (habitar) com sua família. Para tanto, entende-se que o acesso a terra, conforme Nilene (2013, p. 16),

É condição física indispensável para produzir alimento e morar. A falta de acesso a ela, apesar das sucessivas tentativas de incluir leis que garantissem este direito, tanto no meio rural quanto urbano, estabeleceu o substrato da problemática habitacional no Brasil. Ninguém constrói uma casa sem solo, ninguém faz uma lavoura sem terra. A luta pelo direito a terra, seja no campo ou cidade é primordial para a garantia do direito de morar e sobreviver. Assim, os problemas urbanos existentes no século XXI no Brasil são frutos de uma trajetória histórica que negou o direito de propriedade e acesso a terra, tanto no campo quanto na cidade, deixando à mercê boa parcela da população de baixa renda, a qual precisou buscar alternativas de moradia na cidade, sejam estas regulares ou não.

Ou seja, é primordial ter posse de um pedaço de terra por mais que seja pequeno, pois é mediante este pedaço que é possível construir uma morada, claro que para se obter é uma luta constante que a classe trabalhadora trava com a burguesia em busca de terras, uma vez que no Brasil, o direito de propriedade e acesso a terra foi negado, restando à classe pauperizada esperar por políticas que contribuam para construções de casas, como é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

No Brasil, mediante o processo reivindicativo, especialmente de organizações não governamentais e dos movimentos sociais envolvidos com a questão urbana, a cidade e a moradia tornaram-se direitos consubstanciados na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade de 2001. Assim, os cidadãos têm direito ao usufruto dos serviços e benefícios que a cidade oferece. Igualmente, a moradia não representa mais um sonho, mas sim, se tornou um direito de todo o cidadão e um dever do Estado, contrariamente ao que ocorreu nas décadas de 1930 a 1970, quando o acesso

à moradia era proclamado como um sonho, o qual deveria ser perseguido por toda uma vida pela população de menor renda. (NILENE, 2013, p. 16-17).

Segundo a autora em sua tese, só foi possível ganhos no que diz respeito à questão da moradia devido às lutas de classes, com a participação dos movimentos sociais que reivindicaram seus direitos, principalmente depois da Constituição Federal de 1988, já que foi o “carro-chefe” de muitos direitos sociais, inclusive da habitação.

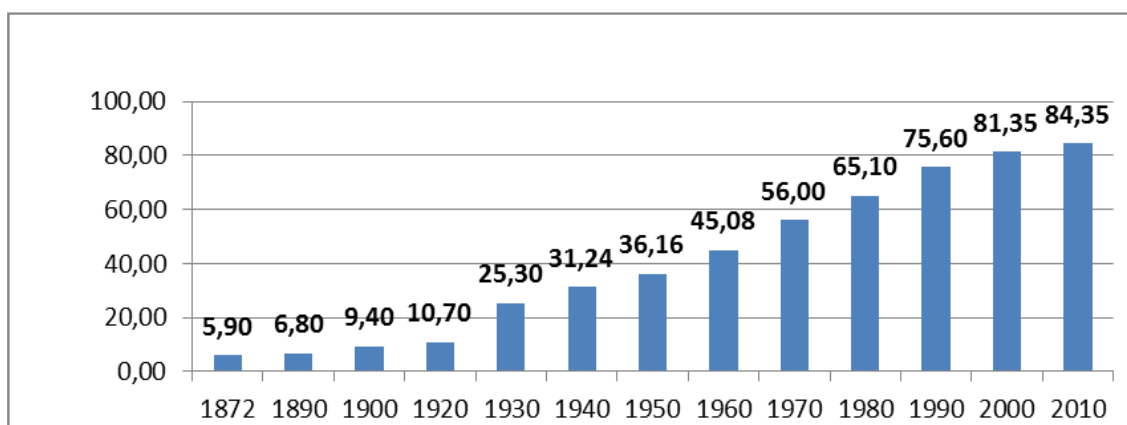
É importante frisar que a questão da habitação está atrelada a luta por posse de terra, uma vez que para construir seja com recursos próprios ou do incentivo do governo, é preciso ter um espaço de terra, evidentemente que para usufruir dela necessita de recursos financeiros e muitas famílias não tem este recurso, gerando assim, por parte das classes subalternas conflitos constantes por posse de terras, lutas essas que não vem de agora. E para atenuar a acirrada luta por posse de terra, o Estado passa a intervir tanto na cidade quanto no interior na construção de prédios e casas residenciais com o apoio do Governo Federal, dos estados e dos municípios e através de um banco financiador como a Caixa Econômica Federal, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida.

No Brasil, nota-se que a questão da habitação na zona rural ainda é invisível com relação à cidade, claro que com a industrialização, principalmente depois dos anos 30 da era Vargas, as cidades passaram a ter mais visibilidade, justamente por ser um grande polo comercial e industrial, e isso acabou atraindo as pessoas do campo para a cidade, ocasionando no êxodo rural, aonde muitas pessoas migraram em busca de melhores condições de vida, isso acabou inchando as cidades. Atrelados a esses fatores a questão habitacional começou a ecoar forte no cenário, já que muitas pessoas vinham para a cidade trabalhar e não tinham onde passar a noite. Para os que conseguiam algum lugar era com muito esforço, pois, como muitos eram assalariados, optavam por morarem em cortiços, já que aluguéis que era praticamente inviável para muitos, até mesmo a rua serviam de dormitórios.

No século XXI pode-se dizer que o mundo é urbano, pois mais de 51% da população mundial mora em cidades, conforme a Organização das Nações Unidas. No Brasil, os índices de urbanização vêm atingindo patamares crescentes, chegando a 84,36% da população brasileira, bem acima da média mundial que chega a 51,6%, restando apenas 15,64% no meio rural (BRUSCHINI *et al.*, 2011).

Então a cidade passou a ter um foco a mais do que no campo, uma vez que no campo não tinha tantos polos de trabalho e isso levou a um crescimento populacional urbano como pode se observar no quadro a seguir.



**Gráfico 1- Evolução do crescimento populacional urbano no Brasil**

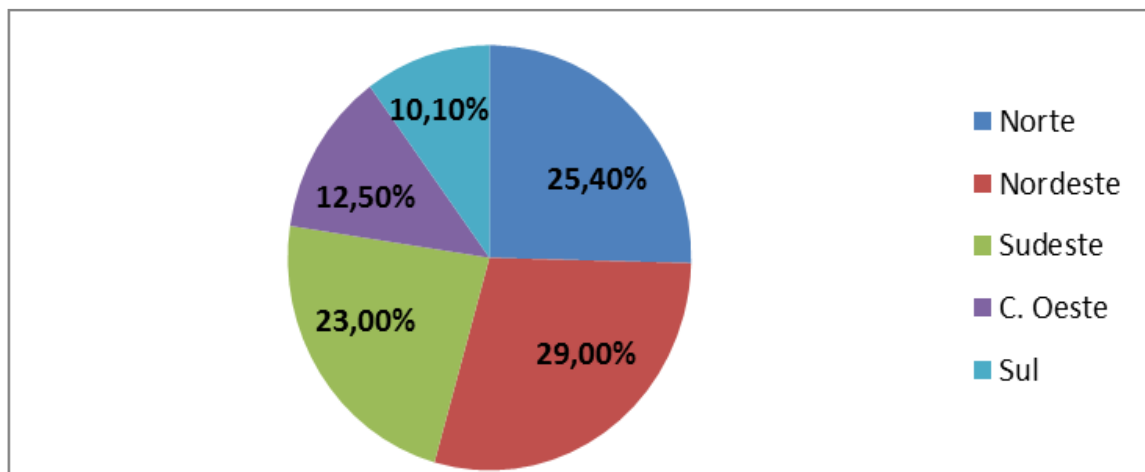
Fonte: IBGE, 2012

Analisando os dados do gráfico acima, podemos observar que entre 1872 e 1920 a população urbana brasileira não cresceu muito, só houve um acréscimo de 4,8%. Já de 1930 a 2010 houve um crescimento de 59,05%.

Com base nesses percentuais, Maricato (2001) faz uma inferência sobre os reflexos desta mudança no cotidiano das cidades brasileiras que se conformaram em pouquíssimo tempo, sem planejamento urbano, dominadas pelo favorecimento dos interesses das elites, ocasionando altas taxas de segregação socioespacial.

Este crescimento se mostra mais impressionante ainda se lembrar os números absolutos: em 1940, a população que residia em cidades era de 18,8 milhões de habitantes e em 2000 é aproximadamente 138 milhões. Constatamos, portanto, que em 60 anos, principalmente a partir de 1950 os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas. Considerando apenas a última década do século XX, as cidades brasileiras aumentaram em 22.718.968 pessoas. Isso equivale a mais da metade da população do Canadá, ou a um terço da população da França (MARICATO, 2001, p. 16).

Vale ressaltar também que a pobreza vem fazendo com que o número de pessoas que não tem nenhuma condição de lutar por uma moradia digna, seja com recurso próprio ou por algum programa do governo, vem fazendo com que o número de pessoas morando em favelas ou em ruas sem nenhuma condição de higiene ou até mesmo sem nenhuma condição de infraestrutura, traz a tona uma série de problemas dentre eles, por exemplo, o da violência. Sem contar nos números alarmantes com relação à pobreza que o país vem apresentando nas últimas décadas, como mostra o gráfico a seguir.

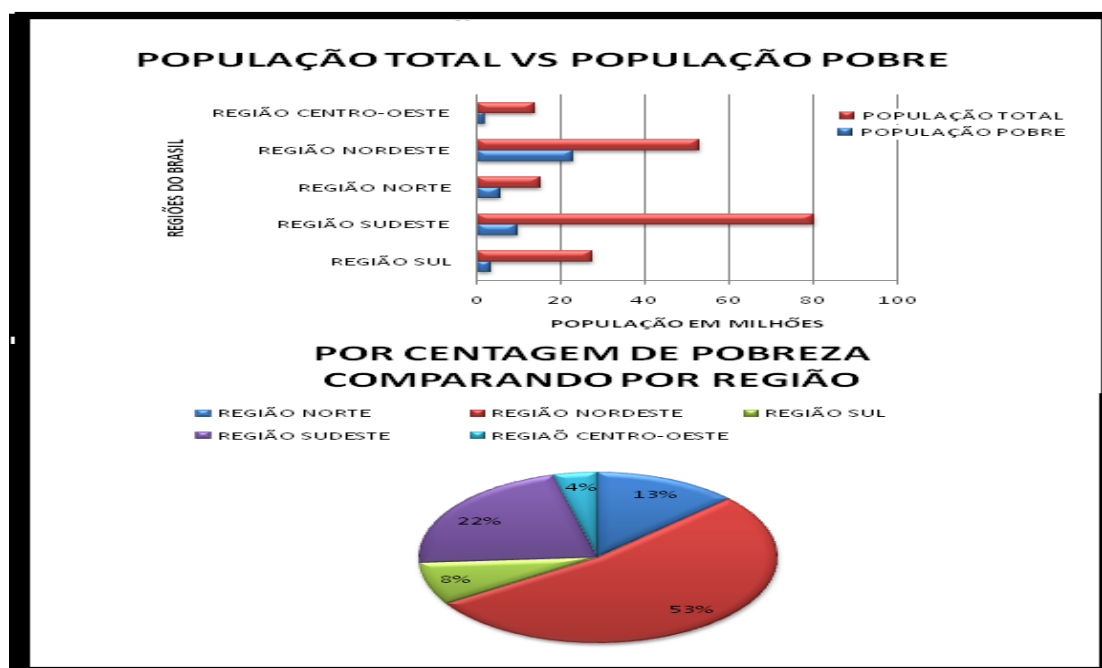
**Gráfico 2- Percentual de pobreza por regiões do Brasil**

Fonte: PlanHab (2009)

Observando o gráfico, verifica-se que dentre as cinco regiões com um menor índice de pobreza encontram-se a região sul e centro oeste e isso se deve sem dúvida aos investimentos feitos em algumas áreas como, por exemplo, a da educação e criação de cursos profissionalizantes tanto para o mercado interior quanto para o exterior, os grandes pólos industriais, ou seja, região onde está localizada uma grande quantidade de indústrias e que geram mais empregos, por serem cidades mais planejadas e estruturadas com uns dos melhores índices de desenvolvimento humano e com políticas mais brandas e eficientes. Já na região nordeste o que se verifica é um maior índice de pobreza por está na contra mão de outras regiões, uma vez que, historicamente essa região recebeu ao longo da história menos investimento quando comparada as duas regiões supracitadas acima.

Observa-se no gráfico 3, os dados relativos ao índice de pobreza comparado por regiões, é perceptível o quanto melhorou o índice de pobreza com relação ao ano de 2009 em quase todas as regiões do país, com exceção da região nordeste, onde subiu de 29% para 53%, mostrando assim uma fragilidade nos investimentos por parte das políticas sociais que ainda se constitui como ações fragmentada, seletiva e focalizado em parcela ou parte da população

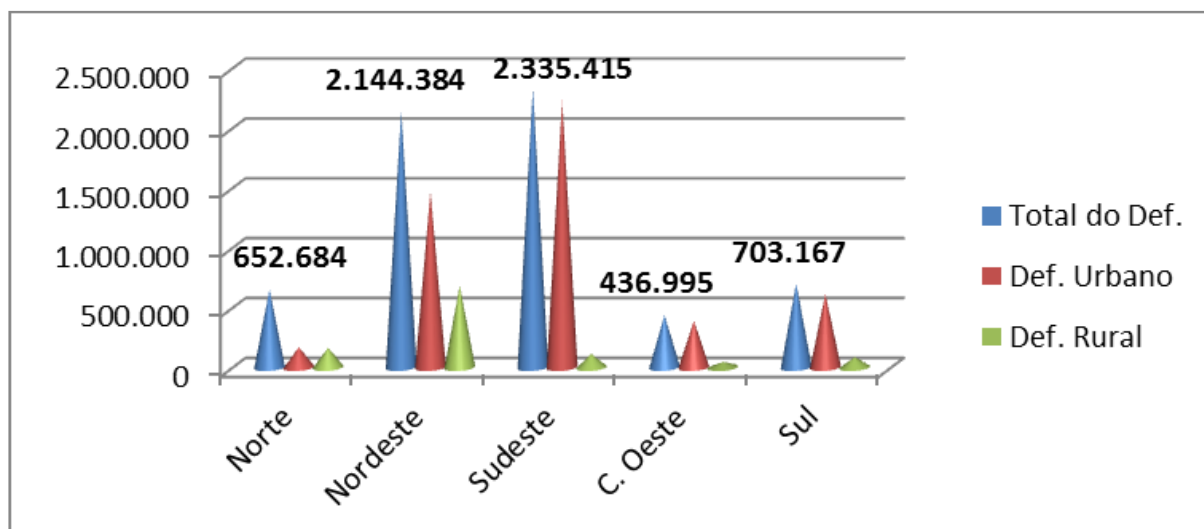
**Gráfico 3- Percentual de pobreza por regiões do Brasil**



Fonte: Blogspot, (2011)

Conforme exibido no gráfico 3, o que ocorreu foi uma melhora preponderante na redução da pobreza em quatro regiões em um intervalo de dois anos e uma agravo significativo na região nordeste neste mesmo intervalo de ano. E isso tende a se agravar na área rural, onde o índice de pobreza é maior devido basicamente a ausência de oportunidades de emprego, uma vez que não se tem tantos postos de trabalho. E essa situação também reflete no Programa Minha Casa Minha Vida, onde os recursos são maiores e mais distribuídos na cidade do que no campo. Mas, é preciso salientar que no passado essa situação era muito mais agravante, todavia, desde 2009 com a criação do MCMVE, constata-se que muitas famílias vêm gradativamente adquirindo a tão sonhada casa.

O gráfico a seguir representa o déficit habitacional evidenciando o quantitativo nas cinco regiões do país, todavia, informa-se que os números em destaque referem-se ao total, ou seja, inclui o urbano e o rural.

**Gráfico 4 - Déficit habitacional por regiões do Brasil**

Fonte: PlanHab (2009)

Quanto ao volume do *deficit* habitacional total no Brasil, as regiões Nordeste e Sudeste concentram 60% do *deficit* nacional, comparativamente com os gráficos apresentados quanto ao número de domicílios, de habitantes e de pobreza. Logo, se pode notar que o Nordeste apresenta 77,1% da pobreza no Brasil, sendo a segunda região com maior percentual do *deficit* habitacional, 2.144.384. A região Sudeste, apesar dos índices de pobreza mostrar apenas 13,3% do total, o *deficit* é o maior do país, totalizando 2.335.415. Nisso, deve-se considerar que os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro compõem os maiores volumes de riqueza, bem como de população. (NILENE, 2013, p. 107).

## 1.2. Condições para os beneficiários participar do PNHR

Para se valer do programa, a família não poderá ter sido beneficiada anteriormente por nenhum programa habitacional do governo. Não poderá possuir casa própria ou financiamento habitacional em qualquer Unidade Federativa. E deverá se enquadrar nos requisitos de faixa salarial de abrangência do programa. Na sua primeira faixa, o MCMV prevê o subsídio de parte do valor do imóvel e taxas de juros sobre o valor financiado abaixo das praticadas no mercado. Todos terão que estar devidamente cadastrados no Cadastro Único (CADÚNICO).

Para fazer parte do programa, o trabalhador rural ou agricultor familiar deve procurar uma entidade organizadora, que formará grupos de beneficiários interessados a participarem do Programa junto à Caixa.

**Os beneficiários devem preencher alguns pré-requisitos:**

- Fazer parte de um grupo organizado pela Entidade Organizadora (EO);
- Possuir CPF regularizado na Receita Federal;
- Ter capacidade civil – maioridade ou menor emancipado com 16 anos completos;
- Ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente no País;
- Se estrangeiro, ser detentor de visto permanente no País;
- Se agricultor familiar, apresentar Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) com até três anos de emissão até a data da contratação do empreendimento;
- Se beneficiários assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), constar na RB entregue pelo INCRA à EO, sendo dispensada apresentação de DAP;
- Comprovar renda familiar bruta anual de até R\$ 17.000,00.

São também beneficiários do Programa e se enquadram como agricultores familiares: pescadores artesanais; extrativistas; silvicultores; agricultores; piscicultores; comunidades quilombolas; povos indígenas; outras comunidades tradicionais.

**São impedimentos do beneficiário:**

- Possuir registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- Possuir débitos não regularizados junto à Receita Federal;
- Ser detentor de financiamento imobiliário ativo, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), em qualquer localidade do País;
- Ser detentor de área superior a 4 módulos fiscais, quantificadas segundo a legislação em vigor;
- Ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial em qualquer localidade do país, exceto o imóvel objeto da operação no PNHR, no caso de reforma;
- Ter recebido, a qualquer época, subvenções ou subsídios de finalidade habitacional, bem como ter figurado como beneficiário de programa habitacional lastreado nos recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Estar enquadrado no Grupo "D" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);

- Receber renda anual familiar consignada na DAP superior a R\$ 17.000,00, independentemente do enquadramento (A, A/C, B/ C/ D ou V);
- Apresentar DAP no Grupo "V" com valor da renda igual a zero;
- Ter recebido, a qualquer época, recursos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) para construção da moradia;
- Ser possessor de boa fé, ocupante de terras particulares há menos de 5 (cinco) anos.

**Contrapartida do Beneficiário**

Uma vez assinado o contrato, após a conclusão das obras o beneficiário deve honrar com uma contrapartida, correspondente a 4% do valor do subsídio concedido para a construção ou conclusão/reforma/ampliação da unidade habitacional. O pagamento à Caixa é efetuado por meio de boletos, em quatro parcelas anuais. É facultado ao(s) beneficiário(s) o pagamento antecipado das parcelas, sem incidências de quaisquer descontos.

## **CAPITULO II – O SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NO ÂMBITO DA DEFESA DO DIREITO À HABITAÇÃO**

O profissional de Serviço Social atua nas expressões da “questão social” formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, no desenvolvimento urbano culminando ao acesso à moradia e a cidade sustentável.

Os assistentes sociais que atuam na perspectiva de garantia do direito à cidadania têm como desafio da práxis profissional, decifrar permanentemente como se expressam às contradições postas na realidade e construir práticas capazes de superar as dificuldades encontradas pela população e presentes nas várias formas que se expressam a questão social: na falta de moradia, ineficácia de políticas sociais e equipamentos/serviços públicos, exposição a áreas de risco e condições ambientais inadequadas e ausência de participação social na gestão das cidades.

Desse modo, pode-se dizer que os profissionais de Serviço Social ao longo do tempo vêm atuando de forma a contribuir com a efetivação do acesso do Direito à Habitação nas instâncias de planejamento, gestão, execução e avaliação a frente de ações em programas e projetos sociais e monitoramento – via conselhos, órgãos públicos e no trabalho em Organizações Não Governamentais e outros vários espaços de lutas, na busca de ações que visem à ampliação permanente da participação popular e dos diversos segmentos e atores sociais no processo de discussão democrática de gestão da cidade.

Nessa direção, compreende-se que o Serviço Social precisa se efetivar no contexto de elaboração, proposição e intervenção compactuada com a ação de profissionais de diversas outras áreas do conhecimento e na articulação com os movimentos sociais e espaços de luta a fim de garantir a complementação de saberes e atingir a almejada reforma urbana. Nesse sentido, a ação profissional do Serviço Social deve ser efetivada a partir da articulação das dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Para tanto, compreende-se que o processo de mobilização e a atuação do Serviço Social devem ter como objetivo a mobilização da comunidade para a participação ativa na defesa do direito a habitação frente as complexas dimensões que perpassam a questão da moradia na contemporaneidade.

## 2.1 Desafios e perspectivas do exercício profissional

Refletir o sobre o exercício profissional do assistente social na contemporaneidade é antes de tudo perceber a realidade política, econômica, social e cultural da sociedade analisada. É reconhecer que essa realidade é histórica e, portanto mutável. Portanto, isso significa também que o Serviço Social intervém na realidade, nos processos de reprodução das relações sociais estabelecidas e determinadas historicamente.

O Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade [...] a conjuntura não é pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social devendo ser apreendidas como tais. (IAMAMOTO, 2000, p. 55).

Nesse sentido, compreender a realidade em toda a sua complexidade é um desafio apresentado ao assistente social, que tem sido convocado a dar novas respostas no âmbito do exercício profissional, não mais apenas na execução, mas também na formulação e gestão das políticas públicas, assim como na formulação de novas elaborações teóricas, compreendendo que,

[...] o esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional [...] e o reconhecimento das atividades de pesquisa e o espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional. (IAMAMOTO, 2001, p. 55-56).

É nesse contexto que a mediação aparece como categoria fundamental para o trabalho do assistente social. Para Pontes (2000), a mediação é uma categoria objetiva e ontológica que está presente na realidade. Ela é estudada como uma das categorias centrais da dialética, pois pertence ao real, mas é também elaborada na razão. A mediação é permeada de dinamismo e articulação que se move no interior das contradições estruturais sócio-históricas.

Como o Serviço Social tem sua essência de atuação na intervenção da realidade, a categoria da mediação se torna fundamental para o [...] “desvendamento dos fenômenos reais e a intervenção do assistente social” (PONTES, 2000, p. 43), [...] através da tríade singularidade – particularidade – universalidade (PONTES, 2007), necessárias para apreensão de mediações nas determinações dos complexos sociais.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista e o consequente aprofundamento da desigualdade social e das expressões da questão social se configuram como a atual



realidade que precisa ser apreendida pelo Serviço Social. Nesse sentido, o assistente social ao apreender a realidade, percebe novas possibilidades de demanda e atuação, podendo transformá-las segundo sua intencionalidade e instrumentalidade em novos espaços e perspectivas para o exercício profissional.

A instrumentalidade é analisada por Guerra (2011) enquanto condição de reconhecimento social da profissão, pois ela se dá no cotidiano do trabalho do assistente social por meio da capacidade de criação, adaptação e transformação das condições objetivas e subjetivas do fazer profissional.

A intencionalidade dos assistentes sociais presente na instrumentalidade é mediada pela lógica da instituição em que está inserido e na qual em muitos casos o profissional fica submetido. Mas, exatamente por tratar a instrumentalidade enquanto prática de mediação e como campo da cultura profissional é que se possibilita, contraditoriamente, ao assistente social usar os conhecimentos disponíveis e construir um modo de fazer que lhe é próprio. Assim, produz elementos novos e reconstrói sua prática profissional composta de referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que possibilitam a negação da prática puramente imediata e espontânea, reelaborando novas respostas sócio-profissionais. (GUERRA, 2011).

Sendo assim, compreender as transformações da sociedade é também perceber que o Serviço Social precisa responder e antecipar essas novas demandas, e para isso os espaços de atuação do assistente social exigem um profissional cada vez mais qualificado e especializado, que analise criticamente a realidade social e que faça uso das mediações no exercício profissional; que seja um profissional não apenas interventivo, mas também propositivo e pesquisador diante dessas demandas, requisitos necessários para inserção, permanência e identificação de novos espaços de ocupação deste profissional no mercado de trabalho.

Note-se que “novas possibilidades de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros o farão absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados” (IAMAMOTO, 2001, p. 48).

A responsabilidade da compreensão e, mesmo, do enfrentamento desse contexto desafiante do qual os assistentes sociais vivenciam deve partir de uma ação coletiva do conjunto da categoria.

Por isso, cabem às unidades de ensino, de pesquisa, de organização e representação dos assistentes sociais, oportunizarem espaços (para estudantes e profissionais) de formação e

reflexão que possibilitem desvendar e construir estratégias de enfrentamento das múltiplas determinações impostas ao Serviço Social na contemporaneidade.

Assim, considerando o exposto faz-se necessário debater, no âmbito da dimensão técnico-operativa, como vem se processando no contexto da política da habitação o exercício profissional do assistente social uma vez que ele traz em si, peculiaridades e especificidades que são estruturantes e incidem no cotidiano desses profissionais.

## **2.2. A dimensão técnico-operativa e o exercício profissional do assistente social na política de habitação**

Sabe-se que há uma conexão entre as dimensões que compõem o exercício profissional do serviço social não só a técnico-operativa, mais também a teórico-metodológica e a ético-política. Da qual, o assistente social os manuseia nas suas atividades profissionais inseridos em diversas políticas sociais, buscando dá resposta através de intervenções das mais variadas formas nas diferentes expressões da questão social. Com suas particularidades, a dimensão técnico-operativa vem se constituir como o fazer profissional, vem ser a “carta de visita”, o aparecer da profissão que é conhecida e reconhecida, conforme bem defende Guerra (2011). Claro que além dessas dimensões supracitadas acima, percebe-se ao longo de nossa formação acadêmica, outras dimensões que podem ser acrescentadas e que contribuem para a nossa atuação enquanto profissionais nos espaços sócio-ocupacionais que são: a dimensão formativa, investigativa e interventiva.

É a partir das três principais dimensões, como expõe o Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamenta da Profissão, que o exercício profissional coloca várias possibilidades para entendermos o significado social da nossa ação ou do fazer profissional. Nesse sentido,

Duas observações foram destacadas. A primeira é a necessidade de qualificação da intervenção para além do simples manejo dos instrumentos e técnicas que usualmente o assistente social emprega em seu trabalho, bem como do domínio dos instrumentos e normas que hoje determinados setores da política social exige dos vários profissionais que a operacionalizam os mais diferentes serviços. A segunda é a necessidade de se pensar e, preferencialmente, discutir, com o conjunto dos profissionais da organização, o trabalho sistematicamente realizado, pois pensar o trabalho faz parte da busca de superação do instituído no cotidiano profissional. (SANTOS, FILHO, BACKX, 2012, p. 18).

É nessas duas observações que o profissional do serviço social vem ao longo dos tempos se moldando, principalmente, com o último Código de Ética, que traz consigo uma

série de mudanças, buscando uma atualização com relação aos outros códigos anteriores, no que diz respeito aos trabalhos prestados aos usuários que buscam respostas para problemas, uma vez que, com o avanço das tecnologias e as alterações no mundo do trabalho com leis e legislações, foi preciso também uma adequação dos assistentes sociais no que diz respeito a intervenção. Sem falar no avanço que foi dado ao longo desse caminho percorrido na questão da interdisciplinaridade. Segundo Brasil (1999, p. 88), “o conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com os outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação”, [...].

Considerando o conceito de interdisciplinaridade, o que se apreende é que o trabalho em equipe multiprofissional possibilita melhor caminho para as intervenções profissionais através de seu modo de pensar, discutir e agir conjuntamente o que resulta em melhores resultados para a população usuária que dependem dos serviços.

A dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, autoimagem. Ela encontra-se carregada de representações sociais e da cultura profissional. É a dimensão que dá visibilidade social à profissão. O que se pretende enfatizar é que a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social. (GUERRA, 2012, p. 40).

Ela não depende só de instrumentos e técnica, não se resume apenas só a esse arsenal, vai muito mais além. Depende também de outros instrumentos que colaboram para um exercício profissional mais eficiente. É preciso uma mobilização de outras duas dimensões que são a teórico-metodológica – investiga e analisa o real que se apresenta como as novas demandas de intervenções postas ao serviço social – e a ético-política – permite fazer uma avaliação com suas prioridades e as viáveis alternativas para que seja concretizada a ação com valores e finalidades para avaliar as consequências da ação profissional.

É uma dimensão que está ligada diretamente ao manuseio do assistente social no seu cotidiano, no seu fazer profissional com os usuários que buscam no serviço social respostas para os seus problemas. São as competências e atribuições que tendem a aparecer neste momento e engendradas nos tratos das novas demandas profissionais e dos espaços sócio-ocupacionais que se apresentam para o profissional desta área.

As mudanças engendradas macroscopicamente na sociedade acabam interferindo diretamente o trabalho de assistentes sociais inseridos em instituições como a da habitação, por exemplo. A falta de uma moradia digna contempla uma das expressões da chamada questão social, e, portanto o profissional do serviço social é convocado a construir propostas, através da formulação e implementação para o seu enfrentamento, daí a importância de um profissional qualificado e competente.

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um ethos profissional. É através da mesma que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente partilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas. (GUERRA, 2012, p. 42).

É um referencial importante essa dimensão, é o alicerce da profissão não que as outras dimensões não tenham importância, mais esta faz de fato a profissão ser reconhecida, pois, é a atuação que faz a profissão aparecer e junto com este surgimento todas as suas dimensões desabrocham, já que primeiro é construído toda uma visão, um saber, um panorama da profissão, trazendo consigo um conjunto de saberes até chegar nesse fazer, neste *ethos* profissional como cita Guerra (2012) acima, traduzindo todos esses conhecimentos na intervenção propriamente dita.

### **2.3. Cotidiano: espaço profissional para a realização do trabalho do assistente social**

É possível fazer uma relação do cotidiano com a prática social, principalmente quando se considera que a prática profissional dos assistentes sociais ocorre todos os dias na vida da população usuária dos serviços sociais. E o Estado passa a ser o maior regulador das ações da sociedade e da produção capitalista conforme mostra Carvalho e Netto (2000).

De forma direta ou indireta, o Estado moderno gere o cotidiano, conforme o pensamento de Henri Lefebvre citado por Carvalho e Netto (2000). Como exemplos dessa gerência, destacam-se proibições, regulamentos e legislações ou intervenções variadas, fiscalização, aparelhos de justiça, orientação da mídia, controle de informações, entre outras formas.

Como forma de dominação, o Estado se apoia no cotidiano, assumindo assim um papel promissor na sociedade gerenciando e mostrando o caminho com planejamento. Não só perante o Estado moderno, mas, para o capitalismo, o cotidiano tem uma função central, pois se apresenta como uma base economicamente inesgotável.

Assim, Carvalho e Netto (2000, p. 20) ensina que “a vida cotidiana é, para o Estado e para as forças capitalistas, fonte de exploração e espaço a ser controlado, organizado e programado”. Dessa forma, a classe média é instituída como ponto de apoio e mediação, pois, no mundo contemporâneo elas são veículos de expansão e homogeneização da vida.

Esta colocação de Carvalho e Netto (2000) é mais realçada abaixo, quando ele ressalta que o cotidiano traz uma aparência superficial do ser humano que vive mais na aparência, não buscando assim a essência dos fatos, vivendo de forma alienante, sem muitas das vezes questionar o regime posto pelo capitalismo. Exemplo disso é o que se verifica no Programa Minha Casa Minha Vida, onde muitos beneficiários recorrem ao assistente social pensando que ele é o solucionador de todos os problemas, sendo na verdade, o próprio Estado que dita o ritmo das políticas sociais.

Assim, no cotidiano, pode tanto se intoxicar pelas aparências e imediatezidades, como romper ou suspender esse cotidiano, no sentido de atingir a sensação e a consciência do ser humano total, em plena relação com o humano e a humanidade de seu tempo. Na cotidianidade, o homem se põe na superficialidade mobilizadora de sua atenção, jogando nela todas as suas forças. Mas não toda a força, o que se confirma pelo pensamento de Carvalho e Netto (2000, p. 26) quando assevera que,

[...] o homem não é só sobrevivência, só singularidade. O homem é, ao mesmo tempo, singular e genérico. Apenas na vida cotidiana, este ser genérico, co-participante do coletivo, da humanidade, se encontra em potência, nem coletivo, nem sempre realizável. Na vida cotidiana só se percebe o singular.

Assim, entende-se que a relação existente entre prática social e a vida cotidiana, especialmente é considerada porque essa prática do assistente social está voltada para o dia a dia de uma população usuária dos serviços sociais que dele dependem, nesse caso, os beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural em Sergipe.

É importante destacar que a vida cotidiana tem um valor fundamental para à prática profissional dos assistentes sociais, uma vez que traz junto consigo o espaço da práxis. É através desse espaço que é consolidada, perpetuada e transformada as condições de vida, ou seja, é o espaço onde se efetivam as práticas profissionais. Os profissionais do Serviço Social

se situam como um dos principais agentes que privilegia essa relação entre dominados, excluídos e oprimidos através da mediação. Carvalho e Netto (2000, p. 52) ensina que

a profissão não atua sobre uma única necessidade humana (tal qual o dentista, o médico, o pedagogo...) nem tampouco se destina a todos os homens de uma sociedade, sem distinção de renda ou classe. Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade.

Por isso os profissionais de Serviço Social atuam na trama das relações de conquista e apropriação de serviços e poder da população usuária e é por isso também que se pode mencionar a categoria mediação. Mediação se refere a uma categoria da práxis presente na prática profissional, com dimensões profundas e caráter eminentemente político.

Jean Paul Sartre citado por Carvalho e Netto (2000, p. 52) equipara o termo mediação à passagem. A mediação, portanto, diz respeito aos processos de passagem: une as partes da totalidade como atributos do movimento. Guiomar de Mello citada por Carvalho e Netto (2000) afirma que a mediação se refere aos processos que existem na realidade objetiva, estando presentes nas relações entre as partes, forças e fenômenos de uma totalidade.

Quanto à mediação, Pontes (2002), aponta a tríade universalidade-particularidade-singularidade, como compreensão dialética da realidade da vida cotidiana. A particularidade tem papel dialeticamente central no processo do conhecimento, por se constituir como campo de mediações. A singularidade é o campo em que se ocultam as essências. É o campo do imediato, do em si, das coisas fortuitas e rotineiras, as quais emergem despidas de determinações históricas.

É necessário entender o espaço onde o exercício profissional se realiza, como as demandas chegam ao serviço, as necessidades apresentadas pelos usuários e como a política social se operacionaliza na organização. Portanto, lançar mão do instrumental técnico-operativo sem entender o conjunto de mediações necessárias faz com que a “resposta” profissional fique aquém das possibilidades de uma ação consciente, crítica e competente. (SANTOS, FILHO, BACKX, 2012, p. 21).

E para que as ferramentas necessárias para a atuação de um fazer profissional possam ser trabalhadas de forma coerente e preciso dentro de qualquer instituição ou espaço sócio-ocupacional é preciso conhecer o espaço onde é realizado o exercício profissional, sem abrir mão de todo um arcabouço que lhe capacita para uma atuação qualificada. Ou seja, isso

significa dizer que o exercício profissional do assistente social no contexto da política de habitação requer para além de um conjunto de instrumentos e técnicas, a competência para entender o contexto social, histórico e a conjuntura política na qual essa política social vem se conformando afim de não perder de vista a luta pelo direito à habitação enquanto uma necessidade humana.

### **CAPÍTULO III – O CENÁRIO: o trabalho do assistente social no Programa Nacional de Habitação Rural em Sergipe**

O assistente social se firma na perspectiva da garantia de direitos e nos meios de exercê-los; portanto sua ação profissional perpassa pelo Estado, que, a priori, representa o interesse coletivo de todos os cidadãos e as políticas públicas que representam sua concretização.

A abordagem das políticas públicas sob a ótica da cidadania deve ter como referência a construção de padrões de igualdade universal nos quais os direitos constituem o objetivo e a medida da política.

[...] fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas, com objetivo de realizar, fora da esfera privada o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população (JACCOUD, 2008, p. 107).

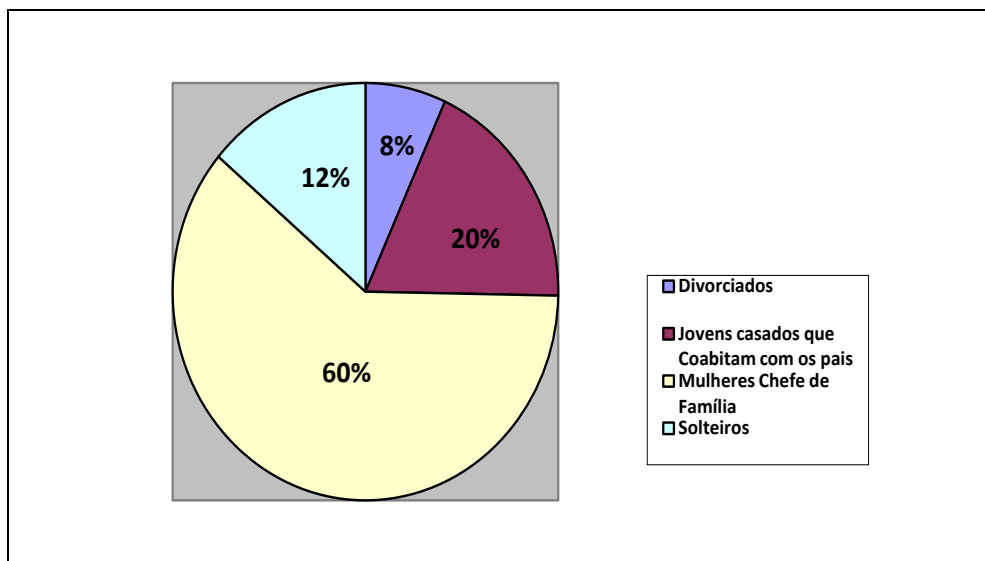
A falta de acesso à moradia digna e à cidade também compõe as expressões da questão social, por esta razão, o profissional de Serviço Social é chamado a formular e implementar propostas para seu enfrentamento. Mediante a relação entre política pública e Estado.

Desta forma, o capítulo busca compreender a inserção e a importância deste profissional nessa política, razão pela qual foi elaborada esta pesquisa.

#### **3.1. Perfil dos usuários do PNHR/SE**

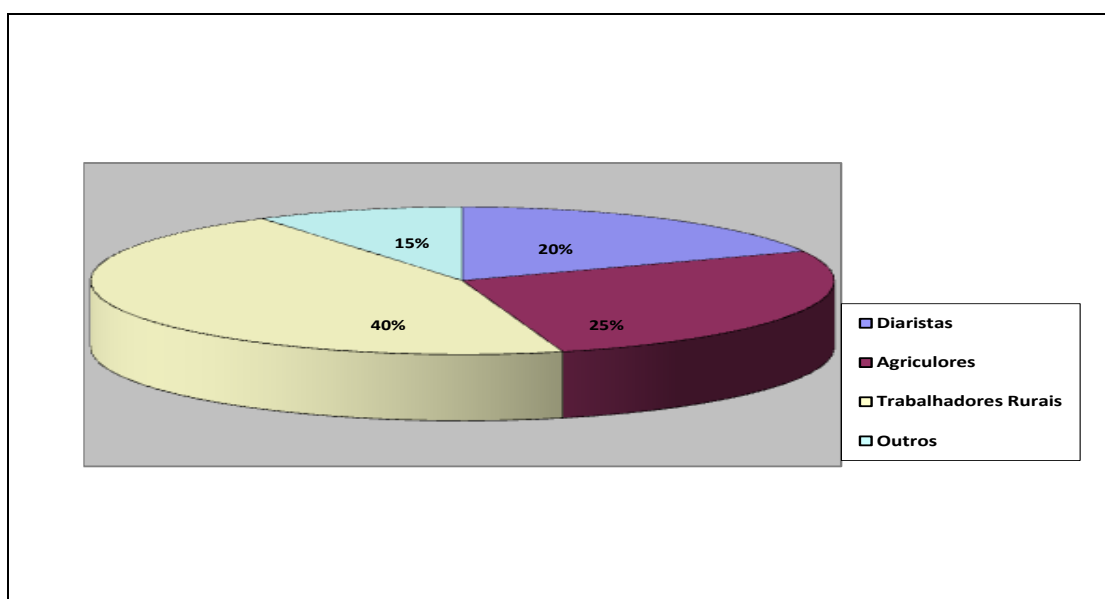
Em se tratando do perfil dos usuários do PNRH, foi possível constatar de acordo com os depoimentos que os usuários do programa se apresentam, conforme o gráfico 5.



**Gráfico 5 – Perfil dos usuários**

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Os dados mostram que 60% da população usuária do programa é composta por mulheres que chefiam seus lares, que lutam pra dá uma vida digna aos filhos, mesmo com tantas limitações e fragilidades. Ou seja, os dados revelam que 20% são jovens que casam, mas, não conseguem uma moradia e acabam morando com seus pais em casas muitas vezes sem estrutura para recebê-los. Os solteiros representam 12% dos usuários, que vendo a situação dos parentes se inserem no programa antes de casar objetivando adquirir uma casa própria. Já os divorciados representam 8% dos usuários sem moradia.

**Gráfico 6- Tipo de trabalho dos usuários**

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Quanto ao tipo de ocupação dos quais estão inseridos os usuários do PNRH/Sergipe, os dados revelam que 40% são trabalhadores rurais (trabalham no cultivo da terra de outros) e 25% agricultores familiares (proprietário de terras cultiváveis); 20% são diaristas e 15% são compostos por quilombolas, indígenas e pescadores artesanais. Devido à realidade em que vivem, ou seja, eles sobrevivem de atividade econômica desenvolvida para subsistência familiar, assim eles não possuem renda fixa mensal, conseqüentemente não possuem condições financeiras de construir uma casa. Ou seja, são beneficiários do PNHR as pessoas físicas, agricultores familiares e trabalhadores rurais, com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00.

No Estado, muitas famílias foram beneficiadas, porém, a seleção das famílias não é realizada criteriosamente, como deve ser feito, pois a influência política prevalece nessas decisões como também na aprovação dos projetos, existe desafios que impedem a efetivação da ação profissional, desafios estes que será discutido ao longo do capítulo.

### **3.2. Perfil dos assistentes sociais que atuam no PNHR/SE**

O Serviço Social no uso da categoria mediação sobre os reflexos da questão social possibilita compreender a totalidade do ser social e via sua característica interventiva e o seu contato com a realidade social, é um apoiador na implementação das ações sobre a questão social em destaque a demanda do déficit habitacional, problema esse que é estrutural do país.

Nas duas últimas décadas, a profissão consolidou em seu processo de formação e exercício profissional, uma postura que tem procurado modificar o modo de interferir na reprodução da força de trabalho, tanto na dimensão material, como sociopolítica e ideocultural, buscando reconstruir as relações sociais mediante as ações que desenvolve, na direção de formar novos valores, modos de pensar e agir da população com a qual trabalha, contribuindo para a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da liberdade, da equidade, e da democracia. Esta reconstrução das formas de atuação do assistente social, no âmbito de seu espaço sócio-ocupacional, implica em retraduzir os valores ético-políticos no relacionamento que estabelece com profissionais, instituições/organizações e população. (SARMENTO, 2002, p.117).

É mediante os problemas apresentados aos assistentes sociais independentemente de seus espaços sócio-ocupacionais que é permitido à profissão imputar novas conquistas através das suas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, rompendo assim

com a postura tradicional e conservadora e mostrando um novo modo de fazer profissional, um novo perfil vem a substituir um agente executivo e subalterno por um profissional competente, mais qualificado em suas teorias e práticas nessa sociedade tão diversificada por seu modo de pensar e agir enquanto cidadãos.

Considerando a historicidade do trabalho social em habitação como um espaço de atuação do Serviço Social, como uma profissão orientada para os processos emancipatórios, verificou-se a necessidade de pesquisar sobre “As possibilidades e limites enfrentados pelos Assistentes Sociais no exercício profissional no Programa Nacional de Habitação Rural em Sergipe”. Assim, apresenta-se a seguir os dados relativos à caracterização do perfil dos assistentes sociais que participaram da pesquisa, conforme destacado abaixo.

**Tabela 1- Idade, estado civil, sexo e números de filhos**

Área	Faixa	Mulheres	Homens
Idade	30 a 40	07	01
	41 a 50	02	02
Total		09	03
<b>Estado Civil</b>			
	Solteiro	02	00
	Casado	05	02
	Outros	02	01
<b>Nº de Filhos</b>			
	00	01	00
	01		
	02	05	00
	03	02	01
	07	00	01
<b>Total de entrevistados com filhos</b>		<b>09</b>	<b>03</b>

Fonte: Entrevista Aplicada

Observa-se que, predomina a participação do sexo feminino entre tais profissionais que desenvolvem e executam o projeto, representando 75% dos entrevistados, assim, a presença masculina representa apenas 25%. Justificam-se esses dados por que desde a sua emergência no Brasil, o Serviço Social é uma profissão historicamente feminina. Assim, a predominância feminina na profissão do Serviço Social em suas origens, está diretamente ligada às características enraizadas e culturalmente legitimadas ao âmbito feminino que se fundamenta em uma sociedade patriarcalista que legitima a ideia a qual trabalho no campo

social é vocacionalmente um trabalho a ser realizado por mulheres, como observa-se na citação que segue.

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 172).

Fica evidente na citação acima que os profissionais do Serviço Social estavam em construção e em pleno desenvolvimento. Neste momento, a categoria dos assistentes sociais atribui à posição social, ideológica da mulher dentro da sociedade e conseqüentemente dentro da profissão. Foi importante para a construção de uma nova e melhor ordem social, dentro da sociedade capitalista é de extrema relevância no que diz respeito às atribuições da mulher, não apenas no âmbito social, como, principalmente, no âmbito histórico profissional do Serviço Social.

Com isso, o fato da profissão ser predominantemente feminina, na sociedade contemporânea ainda permeia a ideia do Serviço Social ligado a concepção de uma profissão eminentemente feminina, tendo em vista que no imaginário da população, a mulher possui as características mais condizentes para o exercício do Serviço Social, sendo que, o Serviço Social ainda é tido enquanto uma profissão que executa nos moldes utilizados e destacados no início da história da profissão, ou seja, no âmbito da caridade e da negação das políticas sociais enquanto direito, tornando evidente uma ligação histórica e muito complexa para ser rompida, tendo por base os anos de existência da profissão, assim como, o seu histórico dentro da sociedade capitalista.

Em relação à idade dos entrevistados, observou-se que a maioria dos profissionais está no início de suas carreiras, mas, a minoria está no seu exercício profissional há 15 anos. É perceptível nesses profissionais grande conhecimento e domínio do tema, expressão e firmeza nas suas colocações.

Quanto ao estado civil desses profissionais, a pesquisa revela que predomina no conjunto da amostra o número de mulheres casadas, totalizando 05 (cinco) e, portanto, superam o número de homens e mulheres solteiros que juntos somam 02 (dois); já em situação de convivência/amigados temos 02 (duas) mulheres e 1 (um) homem. Em relação ao

número de filhos observa-se que cada vez mais as mulheres têm menos filhos, principalmente as mais jovens. Nos respondentes da amostra constatou-se que apenas uma tem 05 (cinco) filhos as demais tem 0 (zero) filhos, 1(um) ou 2 (dois) filhos. O mesmo acontece com os homens, apenas 1 entre os entrevistados tem 7 (sete) filhos os outros tem apenas 01(um) ou 0 (zero). Esses dados concluem que esses profissionais estão cada vez mais focados no mercado de trabalho.

**Tabela 2- Nível de Formação**

<b>Pós-graduação</b>		<b>Quantitativo</b>
Gestão e Planejamento em Projetos Sociais		08
Não informaram ou não possuem		04
<b>Outros Cursos Mencionados</b>		
Programa de Formação em Projeto Urbanos:		
Curso VI – Básico: Gestão de Projetos Urbanos		
Programa de Formação em Projeto Urbanos:		
Curso VII – Básico: Projetos em Habitação		
Programa de Formação em Projeto Urbanos:		
Curso VIII – Básico: Projetos em Saneamento		
Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos:		
Curso I - O MC: estruturas e políticas sob sua responsabilidade		
<b>Quantitativo de Especialização Por Profissional</b>	<b>Nº de especialização 00 a 01</b>	<b>Quantitativo 08</b>

Fonte: Entrevista Aplicada

De acordo com os dados percebe-se que os profissionais estão sempre em busca de conhecimento, se aperfeiçoando com cursos de qualificação para melhor desenvolverem seu trabalho.

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescentes, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação, etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos. (IAMAMOTO, 2007, p. 41).

É evidente que os profissionais precisam estar sempre se qualificando, pois, novas demandas e necessidades emergem nas atuais configurações sociais, estas precisam de um trabalho técnico interventivo baseado na interpretação da realidade, saindo do imediatismo

seguindo em busca da realidade, da essência, da questão, traços estes delineados no perfil do assistente social, que devem estar atentos e propor alternativas para o enfrentamento das mesmas vias seu arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político

**Tabela 3- Função/Cargo, Tempo de Serviço e Vínculo Empregatício**

<b>Área de Atuação</b>	<b>Quantitativo</b>
Técnico Social	12
Possui outro Trabalho	09
<b>Tempo de Serviço</b>	<b>Quantitativo</b>
00 a 05 anos	10
+ de 06 anos	02
<b>Vínculo Empregatício</b>	<b>Quantitativo</b>
Com o PNHR	00
Outros	09

Fonte: Entrevista Aplicada

Em se tratando do tempo de serviço, foi possível constatar que a maioria dos profissionais entrevistados foi inserida no programa até 05 (cinco) anos. Justifica-se esses dados por que o PNHR é um programa novo que teve seu lançamento em 2009, os demais profissionais já tinham experiências anteriores ao PNHR, pois já trabalhavam em outros projetos do Minha casa, Minha Vida.

### **3.3. Concepção e percepção dos assistentes sociais sobre o PNHR/SE**

Quanto à concepção e percepção sobre o PNRH o conjunto dos entrevistados expressa semelhança em seus depoimentos, ambos falam da importância do PNHR para a população rural de Sergipe e que o mesmo vem avançando, mas há muito a ser feito ainda.

Eu percebo esse programa como a melhor saída para redução do déficit habitacional no Brasil, principalmente no meio rural, onde encontramos vários tipos de habitação sub normal (palafitas, casas de taipa, barracos de lona etc.), e encontramos, ainda várias famílias dividindo a mesma habitação, situação ocorrida quando os filhos(as) casam, constituem família mas, por falta de opção continuam residindo na casa dos pais com seu cônjuges e filhos. Em Sergipe acredito que o programa tem avançado bastante, mas muito ainda há de ser feito. (Entrevistado 03).

### **3.4 A inserção do assistente social nessa política**

O profissional de Serviço Social, assim como demais técnicos da área social envolvidos, tem papel fundamental nesse programa, uma vez que não se trata somente de um programa de habitação mas, de um programa de habitação de cunho social que pretende, além de oferecer moradia digna aos beneficiários, orientar-los para melhor visualizarem seus problemas de cunho social, oferecendo palestras, oficinas e cursos sobre políticas públicas, promovendo plantões social com orientação e encaminhamento para as políticas de previdência, assistência, saúde, educação entre outras.

A fala de um dos entrevistados, abaixo, é reveladora:

De grande importância na política de habitação, pois vejo a necessidade da presença do profissional para acompanhar e orientar as famílias, porém alguns profissionais envolvidos não valorizam o trabalho, apenas respeitam por ser obrigatório no programa. (entrevistado 01).

O assistente social convive com uns dos maiores desafios presente em seu cotidiano que é desenvolver e aprimorar a sua capacidade de interpretar a realidade social. Também construindo propostas criativas e eficazes de trabalho a fim de efetivar, preservando direitos dos usuários, a partir das novas propostas demandadas que se apresentam como emergentes em seu fazer profissional.

Ademais, é preciso sinalizar que na realização do seu trabalho, o assistente social necessita estabelecer contato com outros profissionais, como engenheiros e construtores. Além de profissionais para versarem sobre os temas que serão discutidos nas palestras como: Engenheiro Agrônomo, Técnico Agrícola, Psicólogos, Assistentes Sociais, Biólogos, Professores de História, Contadores, Geografia, Educação Física, Artesãs.

### **3.5 Dificuldades, desafios e demandas encontrados no cotidiano profissional na perspectiva dos trabalhadores**

A Política de Habitação possui várias linhas de atuação que demandam a regularização, urbanização, situação de risco, remoção, elaboração dos diagnósticos das necessidades habitacionais de um município que sugere a necessidade de um trabalho técnico social no auxílio da construção de um projeto sócio-político que contemple os anseios da

comunidade, com uma postura interventiva se colocando frente aos problemas em busca de soluções.

É nesse sentido que se evoca a competência dos assistentes sociais para assumir a defesa da construção de uma política nacional de desenvolvimento urbano que promova a inclusão, que respeite a diversidade, que balize a organização das cidades com territórios democráticos. (CFESS, 2008, p. 39).

Os assistentes sociais sofrem com as dificuldades postas no cotidiano profissional, a cada dia um desafio diferente. Veem-se nos depoimentos alguns questionamentos feitos por esses profissionais que tem seu trabalho prejudicado pela burocracia que envolve o programa e também por influência política, conforme se observa na fala retro:

A seleção dos beneficiários não é realizada criteriosamente pelo assistente social, pois a influência política é muito forte, como também a aprovação dos projetos, não tendo prioridade comunidades que realmente precisam e sim de pessoas que tem influência política. (Entrevistado 04).

A desvalorização do trabalho social é perceptível, como o profissional consegue efetivamente executar um projeto com a influência política predominante nos interiores do Estado. A maioria dos problemas encontrados entre os beneficiários dependem do poder público para resolução, isso posto, tem-se que dialogar com os gestores, em especial os municipais, que nem sempre são sensíveis a realidade social da população (Entrevistado 06).

Assim, o assistente social convive com uns dos maiores desafios presente em seu cotidiano que é desenvolver e aprimorar a sua capacidade de interpretar a realidade social. Também construindo propostas criativas e eficazes de trabalho, preservando direitos dos usuários, a partir das novas propostas demandadas que se apresentam como emergentes em seu fazer profissional.

É um momento de mudanças significativas, de um perfil profissional executor terminal de políticas sociais para um profissional qualificado na execução, gestão e formulação de políticas sociais públicas, de uma postura crítica mais também criativa e propositiva. Um profissional que possa responder, em seu exercício profissional, com ações qualificadas que detecte tendências possibilidades impulsionadoras de novas ações, projetos e funções, rompendo com as atividades rotineiras e burocráticas. (SARMENTO, 2002, p. 118).

Estas transformações têm trazido implicações e com elas dimensões que aparecem como novas atribuições para o trabalho dos assistentes sociais, como a descentralização



participativa, a universalização dos serviços sociais e a prestação de serviços com qualidade através das entidades públicas, privadas ou não governamentais, além de outras qualificações exigidas pelo mercado de trabalho como: habilidades e competências pessoais que são postas aos profissionais do serviço social. Observe o que diz um dos entrevistados da amostra:

As demandas são muitas, mas podemos destacar o acesso a política de previdência, principalmente no tocante a licença maternidade, quando o empreendimento é concentrado e distante do local de origem dos beneficiários temos que promover a transferência das crianças para escolas mais próximas ou a inserção dessas numa política de transporte escolar. Há demandas corriqueiras já previstas no programa como a realização dos cursos, reuniões com os representantes dos beneficiários e da entidade executora e acompanhamento das obras. (assistentes sociais, 2016, PNHR).

As relações de poder e desafios no cotidiano profissional levam aos assistentes sociais a adotarem e utilizarem estratégias como, por exemplo, o diálogo que é à base de tudo, mas conhecer as leis e ter firmeza no que fala e certeza do que diz, ajuda a dialogar não em tom de pedinte, mas sim como cidadão exigindo que seus direitos e os de outrem sejam cumpridos. A principal estratégia é manter-se informado e conhecer as relações políticas que se faz nos municípios onde o empreendimento será construído.

### **3.6 Atribuições/atividades realizadas pelo assistente social junto ao PNHR**

O assistente social tem no escopo do perfil as competências (para além de encaminhamentos e atendimentos) e habilidades no trato de projetos e serviços, como também o domínio dos métodos, técnicas e instrumentos (legislação, elaboração de projetos, implantação de relatórios e avaliações das ações efetuadas). Faz parte do cotidiano do profissional o uso de instrumentos como visitas domiciliares, entrevistas, plantões sociais, mobilização para participação das assembleias comunitárias, cadastramento, orientação às famílias, triagem, elaboração do projeto técnico social, seminários e palestras.

Assim, compete ao assistente social realizar uma pesquisa diagnóstica para traçar o perfil da população e do local onde o empreendimento será construído, a partir dessa pesquisa elaborar uma proposta de intervenção nos períodos pré, durante e pós obra e que no âmbito do PNHR essa proposta é chamada de Projeto Técnico de Trabalho Social – PTTS – o qual é apresentado ao agente financeiro (Caixa ou Banco do Brasil) e após aprovado vai orientar a atuação dos técnicos sociais envolvidos.

Compete ao assistente social promover a criação e o acompanhamento da comissão que vai acompanhar a obra (Comissão de Representantes do Empreendimento), promover e/ou ministrar cursos, palestras ou oficinas sobre os eixos propostos no programa (geração de renda, meio ambiente, políticas públicas, etc.), compete observar através de visitas domiciliares e/ou plantões sociais as necessidades dos beneficiários e promover o encaminhamento ou orientação sobre como sanar esses problemas e por fim compete ainda, promover a interação entre beneficiários e engenharia ouvindo as sugestões desses e propondo alterações nas obras quando necessário. Abaixo, segue um dos depoimentos que possibilita que entender como é desenvolvido o trabalho do assistente social nessa área.

Sou bem Caxias no trabalho, gosto de tudo certinho, preparo palestra, lanche, compro material, mas quando chegava no povoado e, de 50 beneficiários apenas 12 pessoas compareciam, nem mesmo o Presidente estava, me desestimulava demais. Voltava muito triste. Como também a falta do pagamento, pois até mesmo alguns profissionais da Gihab não valoriza o social, teve projetos que passei mais de um ano para receber. Nessa época fiquei muito desestimulada e só voltei a realizar as atividades quando recebi, porém esse intervalo distancia dos beneficiários, quando retornava as atividades poucos queriam comparecer. (assistente social, 2016, PNHR).

É visível nesse depoimento a falta de interesse por parte dos beneficiários, a dificuldade de reunir os mesmos durante o tempo das obras levam dois anos, é evidente, mas, não se pode tirar a razão deles, muitos falam que tem reuniões e não tinha a casa. Várias estratégias são postas pelos profissionais para reverter esse quadro de desinteresse, como mencionada acima, com isso, conclui que a maior dificuldade encontrada pelos assistentes sociais não está na elaboração do Projeto Técnico Social e sim em saber resolver os problemas encontrados durante a execução.

### **3.7. Sentido e significado do trabalho no PNHR na perspectiva dos trabalhadores**

Quanto a essa questão, os depoimentos dos respondentes da amostra trazem a tona os aspectos subjetivos, ligados à satisfação quando falam sobre o sentido e o significado do seu trabalho e, essa satisfação vem em grande parte da relação e da satisfação que é produzida na sua relação com os usuários do programa, ou seja, dos sujeitos os quais eles direcionam suas ações, conforme os depoimentos abaixo:

Eu amo o que faço, tem meses que trabalho de domingo a domingo, mesmo cansado e sem ficar sem tempo para família, namorado, vou satisfeítíssima.

É muito gratificante participar de um sonho que qualquer cidadão têm, o da casa própria, principalmente das famílias que não imaginavam um dia ter uma casa, famílias que veem seus filhos dormirem amontoados, pois as casas são diminutas, que não tem banheiro. Me deixa muito feliz. Às vezes vou trabalhar aos sábados e domingos cansados, mas depois das reuniões de conversar e receber o carinho deles, porque crio vínculos com eles, volto tão feliz. (Entrevistado 02).

Minha/nossa profissão lida diretamente com pessoas e relações sociais, atuamos buscando ampliar a interação das pessoas e a melhoria nas suas condições de vida, isso posto para mim sempre que conquistamos um direito, sempre que somos elogiados ou recebemos o agradecimento de um beneficiário por uma conquista, sentimos que nosso dever está sendo cumprido, e isso significa que estamos ajudando a minorar as desigualdades e melhorar ou ampliar o acesso das pessoas a bens e serviços. (Entrevistado 07).

Observando os depoimentos, considera-se o quão é necessária e imprescindível à atuação das profissões que estão inseridas na divisão social e técnica do trabalho de se moldarem, conhecerem e se atualizarem sempre para que venham agir em favor das necessidades sociais que acabaram se traduzindo em demandas de trabalho não só para os assistentes sociais, mais para qualquer profissão, independentemente da área.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilita contribuir com o debate em torno da questão da habitação na zona rural, que se configura como uma preocupação mundial. Teve como pontos relevantes a atuação do assistente social dentro do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), e das possibilidades e limites que os mesmos enfrentam no exercício profissional. Ficou claro nesta pesquisa que o assistente social é um apoiador deste programa na implementação das ações sobre a questão social, no que diz respeito à questão da habitação na zona rural em Sergipe.

Assim, compete ao assistente social realizar uma pesquisa diagnóstica para traçar o perfil da população e do local onde o empreendimento será construído, a partir dessa pesquisa elaborar uma proposta de intervenção nos períodos pré, durante e pós obra e que no âmbito do PNRH essa proposta é chamada de Projeto Técnico de Trabalho Social, o qual é apresentado ao agente financeiro (Caixa ou Banco do Brasil) e após aprovado, vai orientar a atuação dos técnicos sociais envolvidos. Compete ao assistente social promover a criação e o acompanhamento da comissão que vai acompanhar a obra (Comissão de Representantes do Empreendimento).

Ficou explícito também que o profissional de serviço social, assim como demais técnicos da área sociais envolvidos, tem papel fundamental nesse programa, uma vez que não se trata somente de um programa de habitação, mas sim de um programa de habitação de cunho social que pretende, além de oferecer moradia digna aos beneficiários, buscar resolver seus problemas de cunho social, para tanto oferecem palestras, oficinas e cursos sobre políticas públicas, promovem os plantões social com orientação e encaminhamento para as políticas de previdência, assistência, saúde, entre outras. Compete ainda, observar através de visitas domiciliares e/ou plantões sociais as necessidades dos beneficiários e promover o encaminhamento ou orientação sobre como sanar esses problemas e por fim compete ainda, promover a interação entre beneficiários e engenharia ouvindo as sugestões desses e propondo alterações nas obras quando necessário.

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, ficou constatado que houve um avanço no programa na zona rural principalmente depois da sua criação em 2009, uma vez que muitas casas em condições subnormais como palafitas, taipas dentre outras, foram substituídas por habitações de alvenaria possibilitando assim uma maior dignidade para as famílias. Claro que ainda há muito a ser feito por parte dos governantes e que há um longo caminho a ser percorrido para que a questão do déficit habitacional venha a ser sanado.

Também ficaram evidentes as dificuldades pelas quais os assistentes sociais passam, que tem seu trabalho prejudicado muitas vezes por falta de equipamentos, materiais, transportes, pela burocracia que envolve o programa, como por exemplo, a seleção dos beneficiários que não é realizada criteriosamente por um assistente social, uma vez que a influência política é muito forte, como também a aprovação de projetos. Além das comunidades que não tem muitas das vezes prioridade no programa e sim pessoas que está ligada diretamente à política.

Por fim, conclui-se que, mesmo com os limites incididos sobre a atuação dos profissionais integrantes deste processo ainda em construção por todo o país, ficou constatado que o PNHR é um programa novo e que se vê como a melhor saída para redução do déficit habitacional no Brasil.

Uma moradia digna é uma necessidade básica e importante na vida de muitos sergipanos. E como tal, precisa ser tratada com bastante compromisso e atenção pelos representantes de nosso Estado, de forma a serem feitas as adequações necessárias, objetivando assim, dá um maior respaldo e agilidade que o processo requer. Assim deseja-se que o Programa Nacional de Habitação Rural em Sergipe, de fato, reafirme e cumpra o seu compromisso de combater a desigualdade social, com a integração de políticas públicas mais brandas, com compromisso com o movimento social e toda uma população que necessita de uma moradia digna, com padrão e qualidade e vida.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Garcia de. **Habitação de interesse social no Brasil**: caracterização da produção acadêmica dos Programas de Pós-graduação de 2006 a 2010. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

ANDRADE, Gabriel Vieira Marx. **Políticas habitacionais brasileiras**: uma avaliação do programa minha casa minha vida em suas duas edições. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Antônio da Costa Leal do Valle Santos. Rio de Janeiro: Tijuca, 1978.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf?sequence=9](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=9)>. Acesso em: 07 Jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério das cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em: 19 Out.2016.

BRUSCHINI, Cristina [*et al.*]. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. **in: O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro:, 2011. Disponível em: <[http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf)>. Acesso em: 19 Out. 2016.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Normativo da CAIXA**. Brasília, 2013.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2000.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CFESS. **Debate a inserção de assistentes sociais na Política de Habitação**. Comissão de Comunicação. Brasília: CFESS, 2013.

ENGELS. Friedrich. **A questão da habitação**. Tradução de Aldeia Global. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

FERREIRA, Felipe Augusto dos Santos; MONSÃ, Vinólia Maria Curvina; ALVES, Marco Antônio. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): uma análise sobre sua literatura e produção imobiliária na Bahia. **Anais Seminário Urbanismo na Bahia**: Salvador, 2012.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil:** do acesso à moradia ao direito à cidade, 2012. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmegropoles.net/download/artigo\\_reginaferreira\\_isa.pdf](http://www.observatoriodasmegropoles.net/download/artigo_reginaferreira_isa.pdf)>. Acesso em: 27 Jul. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade e Serviço Social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaio crítico. São Paulo: Cortez, 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21 ed. São Paulo, Cortez; 2007.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 26. ed. – São Paulo, Cortez: 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. IN: CFESS (Org.) **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil:** Debates e Desafios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toribio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, Telma Cristina Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: **Revista Katálise**. Florianópolis, 2007.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENEZES, Cassio Roberto Conceição; VASCONCELOS, Jaildes Fontes O Estado de Sergipe: da urbanização à formação metropolitana. **Revista Espaço Acadêmico**. n° 121- Junho de 2011. Sergipe, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11927/7073>>. Acesso em: 10 Jun. 2016.

MOTA, Ana Elizabete. (Org). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

NALIN, Nilene Maria. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: o direito à moradia em debate**. Porto Alegre, 2013.

NOAL, Ednilson Bolson; JANCZURA, Rosane. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Editora Textos & Contextos**, v. 10, n. 1, p. 157 - 169, jan./jul, Porto Alegre, 2011.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira Paz; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Trajetória do Trabalho Social em Habitação**. Curso à Distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades, Setembro 2010.

PIMENTEL, Juliana Rosa. O Trabalho social no contexto da atual política nacional de habitação: a difusão de um modelo e as implicações para o exercício profissional do assistente social. **Revista Convergência Crítica**, v. 1, n. 1, p.01-34, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/convergenciacritica/article/view/780/648>>. Acesso em: 10 Jun. 2016.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju**. Sergipe, 2015. Disponível em: <<http://aracaju.se.gov.br/userfiles/plano-diretor-vpreliminar-jul2015/CAPITULO-VII-HABITACAO-DE-INTERESSE-SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 01 de Mar 2016.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social e Outros Ensaios**. Trad. De Rolando Roque da Silva. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

SANTOS, Claudia Mônica dos; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs), Juiz de Fora: Editora UFJF, 2 ed., 2013.

SARMENTO, Helder Boska De Moraes. Serviço social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sociopolítica. **Revista Katálises**, v. 5 n. 2 jul./dez., Florianópolis, 2002.

SILVA, M. B. da; SHAPPO, V. L. **Introdução a Pesquisa em Educação**. Florianópolis: UDESC, 2002.

VIEIRA, Luiz Vicente. **Os movimentos sociais e o espaço autônomo do “Político”**: o resgate de um conceito a partir de Rousseau e Carl Schmitt. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre, 2005.



## SITES VISITADOS

Pobreza no Brasil. Disponível em:  
 <<http://aprendapoucodetudo.blogspot.com.br/2011/07/pobreza-no-brasil.html>>. Acesso em:  
 28 Jul. 2016.

UNITINS. As categorias cotidiano e mediação na atuação profissional do assistente social. Disponível em:  
 <[https://www.unitins.br/BibliotecaMidia/Files/Documento/AVA\\_634562631638503750s.s\\_7\\_8op\\_baixa\\_apostila.pdf](https://www.unitins.br/BibliotecaMidia/Files/Documento/AVA_634562631638503750s.s_7_8op_baixa_apostila.pdf)>. Acesso em: 27 Jul. 2016.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/mpv/459.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/mpv/459.htm)>. Acesso em: 02  
 Nov. 2016.

.

.

## **APÊNDICE**

### **APÊNDICE 1- ROTEIRO DE ENTREVISTA**

#### **O Programa**

1. Qual a sua concepção sobre a PNHR? E na particularidade do Estado de Sergipe qual sua percepção?
2. Quais positivities e negatividades que você observa no programa?
3. Como você percebe a inserção do o assistente social nessa política?

#### **Atividade Profissional**

4. Quais atribuições/atividades realizadas pelo assistente social nesse programa? E como um assistente social deve desenvolver seu trabalho junto ao PNHR?
5. Quais as dificuldades e desafios encontrados no seu cotidiano profissional?
6. Quais demandas se apresentam para sua intervenção nesta política?
7. Qual o instrumento técnico operativo utilizado nas suas intervenções na especificidade desse programa?
8. No seu exercício profissional no cotidiano do trabalho no PNHR você articula os referenciais teórico-metodológico e ético-político para embasar sua intervenção?
9. Na realização do seu trabalho, você necessita estabelecer contato com outros profissionais? Quais?
10. Qual o sentido e o significado do seu trabalho? O que significa para você?
11. Como enfrenta as relações de poder e desafios imprevistos no cotidiano? Quais as estratégias utilizadas?

#### **Beneficiários**

Qual o perfil dos usuários do PNHR?

#### **Dados de Identificação:**

Idade:

Sexo:

Estado civil:

Composição familiar (número de filhos):

Formação/ano:

Pós-graduação/quais:

Outros cursos:

Função/cargo:

Vínculo empregatício ou qual regime de contratação?

Quanto tempo trabalha na área da habitação?

Carga horária de trabalho?

Possui outro trabalho?

Quanto tempo atua na área de Serviço Social?